

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONOMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS DIREITOS SOCIAIS: UM  
OLHAR SOB OS USUÁRIOS DO PROGRAMA PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ**

*Teresa Kleba Lisboa*  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 06/07/2004

VANESSA WALTRICK

*p. Kleba*  
*Teresa Kleba Lisboa*  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

VANESSA WALTRICK

**OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS DIREITOS SOCIAIS: UM  
OLHAR SOB OS USUÁRIOS DO PROGRAMA PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Beatriz Augusto Paiva.

FLORIANÓPOLIS

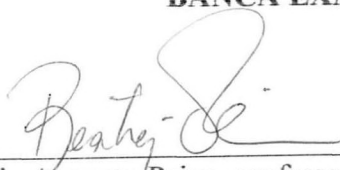
2004

VANESSA WALTRICK

**OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS DIREITOS SOCIAIS: UM  
OLHAR SOB OS USUÁRIOS DO PROGRAMA PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ**

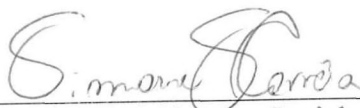
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovado, atendendo às normas da legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina, no Curso de Graduação em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**



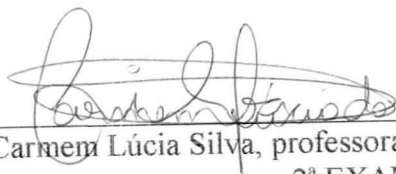
---

Dr<sup>a</sup> Beatriz Augusto Paiva, professora do Departamento de Serviço Social  
PRESIDENTE



---

Simone Serafim Côrrea, Assistente Social, Conselheira Tutelar do Município de São José  
1<sup>a</sup> EXAMINADORA



---

Carmen Lúcia Silva, professora do Departamento de Serviço Social  
2<sup>a</sup> EXAMINADORA

FLORIANÓPOLIS

2004

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por iluminar meu caminho durante esta longa jornada.

À Professora Beatriz Augusto Paiva, pelos conhecimentos repassados durante as orientações.

À Simone Serafim Correa, minha supervisora de estágio, pelas informações sobre a prática profissional.

À todos os professores que contribuíram para minha formação.

À minha mãe Salete por todo o carinho e incentivo.

Ao meu namorado Mark, por todo o amor e pela paciência que teve comigo neste último semestre. Finalmente acabou!!! Te amooooo!!

Ao meu “quase” pai, José pela confiança e apoio.

A minha nova família, por todo cuidado dispensado.

A minha amiga Ronise, que foi grande companheira na minha vida acadêmica e pessoal. Muitos desabafos!!!

A minha ex-companheira de casa Fernanda, por muitos conselhos e auxílio na correção deste TCC. Obrigaduuu!!!

Enfim, a todos os colegas e demais familiares que acreditaram em mim e sempre me deram a maior força.



## RESUMO

Este estudo tem como objeto, a questão da pessoa portadora de necessidades especiais que com o passar da história passa a ter maior relevância pelas estruturas sociais, pois o que antes era visto com horror, sendo necessária à exclusão e o asilamento, hoje deve ser vista como condição especial, sobre a qual destaca-se atributos da diversidade, da diferença e junto disso da igualdade de direitos e até o reconhecimento dos direitos especiais. Trata-se de superar os processos de exclusão pelos processos de transformação da sociedade em efetivamente inclusiva, protetora, justa e igualitária. Neste sentido, promovendo a acolhida e condições de igualdade entre todos a sociedade passa aceitar e valorizar a diversidade entre os indivíduos, deixando de se constituir em entraves para a inclusão social. O direito ao trabalho, à educação, à locomoção sem obstáculos nas edificações, à renda mínima mensal são algumas das conquistas recentes, constitucionais dos portadores de necessidades especiais. Por intermédio do estágio realizado na Secretaria de Desenvolvimento Social, da Prefeitura de São José, no Programa Plantão Social, ficou evidente a necessidade de informação sobre os direitos, a conscientização e a construção de mecanismos que venham a tornar possível alguns direitos presentes nas legislações. O objetivo da pesquisa realizada no local de estágio foi o de diagnosticar o perfil dos portadores de necessidades especiais, usuários do Programa Plantão Social, com enfoque em algumas questões, tais como: condições de sobrevivência, acesso a direitos sociais, acesso à educação, ao mercado de trabalho. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a pesquisa qualitativa com o uso de formulário, e a pesquisa documental, através das fichas de identificação. Os resultados da pesquisa revelaram alguns problemas que fazem parte do cotidiano destas pessoas e que ainda não são solucionados através das políticas públicas. Enfim, muitas foram e são as barreiras as quais devem ser ultrapassadas para a total eliminação do preconceito, estigma e condições de dignas de cidadania.

**Palavras chave:** portador de necessidades especiais, informação, direitos sociais, integração.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1 – Total de usuário por sexo, atendidos no Plantão Social.

Gráfico 2 – Faixa etária dos usuários.

Gráfico 3 – Caracterização da necessidade especial da demanda atendida.

Gráfico 4 – Renda familiar dos usuários atendidos.

Gráfico 5 – Portadores de necessidades especiais chefes de família atendidos.

Gráfico 6 – Quantidade de integrantes na família dos usuários atendidos.

Gráfico 7 – Formas de habitação dos usuários atendidos.

Gráfico 8 – Material de construção das habitações dos usuários pesquisados.

Gráfico 9 – Total de usuários estudantes.

Gráfico 10 – Total de usuários trabalhadores.

Gráfico 11 – Conhecimento sobre os direitos dos portadores de necessidades especiais

Gráfico 12 – Direitos destinados ao portador de necessidades especiais citados pelos usuários.

Gráfico 13 – Recebimento de benefício.

Gráfico 14 – Conhecimento sobre os benefícios e serviços da Assistência Social.

Gráfico 15 – Auxílios lembrados pelos usuários pesquisados.

Gráfico 16 – Caracterização do usuário quanto ao auxílio recebido.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
 <b>1 - O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O CONTEXTO INSTITUCIONAL .....</b>	 <b>13</b>
1.1 Os conceitos legais em relação ao portador de necessidades especiais e a análise do perfil da população pesquisada .....	18
 <b>2 – AS DEMANDAS RECONHECIDAS E AS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS .....</b>	 <b>31</b>
2.1 As necessidades humanas e os mínimos sociais .....	31
2.2 As necessidades identificadas nos usuários portadores de necessidades especiais do Plantão Social .....	33
2.3 As respostas institucionais para a demanda apresentada .....	40
2.4 Análise dos projetos do Plantão Social .....	46
2.5 O Serviço Social no Programa Plantão Social .....	48
 <b>3 – O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, SEUS DIREITOS E O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL .....</b>	 <b>50</b>
3.1 O portador de necessidades especiais e os direitos sociais .....	50
3.2 O Portador de necessidades especiais e a Política Educacional .....	57
3.3 A assistência social pós Constituição Brasileira de 1988 .....	59
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>69</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>73</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho discorrerá sobre uma parcela da demanda e a forma de atuação dos profissionais que atuam na Secretaria do Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José, especificamente no Programa Plantão Social, no qual foi realizado estágio curricular obrigatório. O Programa Plantão Social busca atender, em caráter emergencial, às famílias que estão passando por uma situação de vulnerabilidade social e está caracterizado como uma das responsabilidades municipais previstas na Lei nº 8.742/93<sup>1</sup>.

Este estudo tem como objeto de análise e avaliação a política pública de Assistência Social, com enfoque na situação do portador de necessidades especiais como cidadão de direitos, o qual faz parte do número relevante de usuários que necessitam do auxílio desta política pública, na perspectiva do provimento de mínimos sociais.

A política pública de Assistência Social faz parte do tripé da Seguridade Social, em conjunto com a Saúde e a Previdência Social. É uma política de proteção social de caráter universal, com atendimento destinado aos cidadãos que dela necessitam. A construção deste tripé muito significou em termos de avanços na área dos direitos sociais no Brasil, como destacam Martins e Paiva (2003, p.67),

a Seguridade Social se inscreve como o mais significativo avanço da sociedade brasileira no contexto da Constituição de 1988, que garantiu, entre outros, os princípios da universalidade da cobertura e atendimento da uniformidade e equivalência dos benefícios à população urbana e rural e da irredutibilidade do valor do benefício, além da participação popular e controle social público.

---

<sup>1</sup> Lei Orgânica da Assistência Social, a qual dispõe sobre os parâmetros desta política pública.

Durante o período de observação no estágio, ficou presente a percepção da falta de informações dos usuários referente aos direitos sociais, e este fato se concretizou na medida em que foi realizada uma pesquisa com familiares de pessoas portadoras de necessidades especiais.

É muito importante que o usuário tenha informações sobre seus direitos para poder acessá-los. Mas da maneira como estão escritas as leis, com termos de difícil compreensão e o próprio acesso a estes documentos, faz com que a população não saiba como fazer para acessar os seus direitos. Também a tradução das leis deve estar pautada em políticas públicas e maior estruturação dos serviços que garantam de fato esses direitos conquistados. Aliás, muitos usuários, nem sabem que têm direitos garantidos em leis. Por isso da importância do assistente social em seu meio de trabalho, ser um multiplicador de informações, instruindo, educando e sensibilizando o usuário que vem procurar por um serviço prestado por este profissional. O trabalho do assistente social é educativo e constante e deve ser construído com o usuário, discutindo a sua situação de vida, os motivos pelos quais lhe é negado o acesso a educação, saúde, habitação, transporte, alimentação, lazer, explicando a ele que situação vivenciada faz parte de um contexto global e não só sua família passa por privações e desta maneira procurar conscientizá-lo de que forma todos em conjunto podem refletir e iniciar um processo de transformação social e política (SANTOS, 2002).

A necessidade de redução das distâncias em termos da apropriação dos direitos pela população desafia o Serviço Social a desencadear novas estratégias, que possam ter maior alcance e que venham a contribuir de forma mais eficaz com construção da consciência cidadã do usuário. Como ponto de partida para essa maior aproximação, e para uma ampla articulação de medidas que tenham um caráter de formação para a cidadania, é que se apresenta este



trabalho. Nesse sentido, para melhor compreender quem são os usuários portadores de necessidades especiais frequentadores da Secretaria do Desenvolvimento Social, foi realizada uma pesquisa que tem por objetivo identificar o perfil destas pessoas que fazem parte da demanda do Plantão Social, bem como averiguar a estrutura de serviços em relação ao conhecimento/desconhecimento dos direitos a eles destinados.

O interesse em fazer a pesquisa com o portador de necessidades especiais surgiu pela observação da expressiva quantidade destes cidadãos que procuram atendimento no Plantão Social. E é uma realidade que faz parte de um contexto mais amplo, pois de acordo com o Censo realizado em 2000 pelo IBGE<sup>2</sup> – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado em 2002, existem 24,5 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de necessidade especial.

Assim, nos parece importante identificar esta demanda para procurar elaborar políticas públicas que condizem com a realidade que estas pessoas estão vivendo. A pesquisa teve por objetivo destacar o perfil desses usuários, com enfoque em algumas questões, tais como: condições de sobrevivência, acesso a direitos sociais, acesso à educação, ao mercado de trabalho. Enfim, realizar uma comparação entre as necessidades apontadas e as respostas presentes nas leis existentes na sociedade capitalista.

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi à pesquisa qualitativa e documental, com o uso de formulário, além das fichas de identificação datadas entre 2000 e 2003. Ambas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro do ano de 2003. Os instrumentos utilizados foram rigorosamente manipulados em observância ao que é estabelecido no Código de Ética do Assistente Social. O universo foi composto pelos

---

<sup>2</sup> Disponível em [www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo) acessado em 26/05/2004.

familiares das pessoas portadoras de necessidades especiais, num total de 100 famílias, sendo 12 obtidas através de entrevistas e 88 por pesquisa documental. Desta forma algumas questões, como as que dizem respeito a direitos, não puderam ser respondidas pelo universo em geral, somente pelas 12 pessoas que foram entrevistadas. Para a pesquisa documental considerou-se a reflexão de Ferrari:

[...] a pesquisa documental realiza-se sobre materiais que se encontram elaborados. São fontes acabadas que não receberam ainda um tratamento analítico ou se isso aconteceu ainda podem oferecer contribuições de reforço, ou podem ainda receber uma nova reformulação de acordo com os objetivos da pesquisa (FERRARI, 1982, p. 224).

Os resultados da pesquisa estão apresentados e devidamente analisados no decorrer dos três capítulos deste trabalho, através de gráficos ilustrativos, que auxiliam na compreensão da caracterização dos portadores de necessidades especiais quanto ao sexo, faixa etária, tipo de necessidade especial, recebimento de benefícios, situação econômica, inclusão no mercado de trabalho e na educação, composição familiar, moradia e questões relacionadas ao conhecimento dos direitos sociais.

O presente estudo está dividido em três capítulos, escritos de acordo com o seguinte esquema: no primeiro capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada sobre o perfil do usuário portador de necessidades especiais, bem como a apresentação da instituição, destacando seus objetivos, formas de atuação e a política que dispõe sobre a forma de condução destes objetivos. A análise dos dados levantados na pesquisa é realizada no segundo capítulo, enfocando as necessidades apresentadas e de que forma a instituição responde a demanda existente no município de São José. O terceiro capítulo trata do contexto político no qual a problemática social em tela tem se processado, bem como a apresentação do que existe na legislação que possa vir a responder às necessidades levantadas pelos familiares

de portadores de necessidades especiais durante a pesquisa. Nas considerações finais são elaboradas alternativas que possam auxiliar na construção de uma política pública menos seletiva e que venha a atender de maneira eficaz os portadores de necessidades especiais, com vistas, sobretudo, à educação, a uma maior participação no mercado de trabalho, nos serviços públicos de saúde e assistência social, nas atividades de lazer e cultura, nos processos que podem contribuir para a transformação da sociedade atual, efetivamente inclusiva para todos.



## **1 - O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O CONTEXTO INSTITUCIONAL**

A sociedade contemporânea abriga relações sociais complexas, nas quais interagem uma gama de indivíduos singulares, cada qual com sua maneira de ser, de apreender, de pensar, de viver, cujas diferenças não só os distinguem, mas sobretudo inscrevem suas potencialidades e valores. No entanto, a diversidade cultural, física, mental, de condições de sobrevivência, enfim, as diferenças que existem entre os seres humanos, não devem ser impedimentos para a convivência pacífica e produtiva e para o bem estar social. Nesse sentido, a diversidade não pode se constituir de razão para as desigualdades, para a exclusão da vida associativa, para o preconceito. Todos devem ser identificados como seres únicos, porém, obrigatoriamente detentores de direitos iguais e universais.

No âmbito da problemática da aceitação das diferenças, sobressai, inquestionavelmente, a questão das pessoas portadoras de necessidades especiais, há muito tempo segregadas pelo sentimento de preconceito, pena e exclusão. Muitos rótulos foram proclamados em relação as suas capacidades/incapacidades para o mercado de trabalho, para uma vida mais independente, para uma educação inclusiva. Hoje já se pode vislumbrar uma série de avanços em relação a essa visão e postura. Pessoas que passam a habituar-se a dividir o ambiente de trabalho com um portador de necessidades especiais começam a ver que eles não são tão frágeis e dependentes, como antes se pensava, pois têm suas limitações sim, mas se estiverem inseridos em uma função adequada, como os demais trabalhadores, têm todas as condições de desempenhá-las de maneira eficiente e com responsabilidade. Os espaços estão sendo conquistados aos poucos, mas por outro lado não são raros os casos de discriminação

por parte de empresas e funcionários que acabam vendo no portador de necessidades especiais, alguém que de alguma forma possa vir a reduzir custos, seja através de redução de impostos, seja por que a sua falta de audição o faz mais propício a trabalhos em locais muito barulhentos e reduz o uso de equipamentos que venham a melhorar o local de trabalho.

Essa evolução de conceitos e formas de agir no trabalho sócio-reabilitado e na defesa dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais não pode parar. Para tanto, exige-se uma constante renovação dos conteúdos, propostas e práticas para que essas não fiquem ultrapassadas diante das mudanças em curso.

Da mesma forma deve acontecer com as políticas públicas e os direitos sociais, os quais devem ser capazes de retratar as novas formas e interesses que a sociedade vai assumindo. Sobre este assunto, Bobbio (1992) reforça que internacionalmente se passa pelo problema de não só oferecer garantias válidas para os direitos existentes, mas aperfeiçoar constantemente o conteúdo da Declaração dos Direitos do Homem, procurando articular, especificar e atualizar as suas garantias de direito da maneira em que não fique cristalizada e enrijecida pelas fórmulas mais solenes e vazias.

No espaço institucional onde se desenvolveu a experiência profissional, alvo desta investigação, a Secretaria do Desenvolvimento Social de São José, no Programa Plantão Social, a política pública que rege, majoritariamente, a tradução dos direitos sociais em programas e serviços é a de Assistência Social, que procura através dos benefícios assistenciais suprir a necessidade emergencial para que o usuário tenha condições de encontrar saídas para a atual realidade. Para atingir tais propósitos, a Instituição percorreu uma trajetória própria que pode ser recuperada através da sinalização de alguns pontos, apresentados a seguir, para que se possa desenhar a estrutura da aplicabilidade dessa política no município.



A Secretaria do Desenvolvimento Social foi criada de acordo com a Lei Municipal nº 2749 de 14 de março de 1995, com a finalidade de atender as demandas do município de São José, de acordo com o que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93).

Dentro da estrutura física da Secretaria do Desenvolvimento Social está inserido o Complexo Cidade da Criança, composto pelos seguintes programas: Programa Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, Programa Sentinela, Programa Abrigo, Apadrinhamento Afetivo e Família Substituta, Programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, Programa Família Cidadã, Programa Anjos de Rua, Programa Erradicação do Trabalho Infantil; também o Programa Plantão Social que está voltado ao atendimento de famílias faz parte do mesmo espaço físico.

Na busca por desempenhar o seu papel como secretaria que visa o bem estar da população josefense, a Secretaria do Desenvolvimento Social tem como objetivos:

Geral:

Atender as demandas do Município, segundo os preceitos da LOAS, assegurando a implantação e implementação das Políticas Sociais que garantam Assistência Social e Proteção Especial as crianças e adolescentes, famílias, pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos.

Específicos:

- Proteger à família, à maternidade, à infância e adolescência e idoso;
- Amparar às crianças e adolescentes em risco social e pessoal;
- Promover os mínimos sociais para integração do cidadão no mercado de trabalho ou de geração de renda que garanta as suas necessidades;

- Integrar portadores de necessidades especiais na vida comunitária e ao mercado de trabalho;

- Habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiência visando a promoção de sua integração à vida comunitária;

- Fomentar programas de enfrentamento à pobreza;

- Acolher sob a forma de guarda às crianças e adolescentes que deles necessitar;

- Prestar Assistência Social nas emergências da população do município em caso de tragédias, enchentes, vendavais, etc. (Extraído do Projeto de Atuação da Assistência Social da Prefeitura Municipal de São José, Secretaria de Desenvolvimento Social)

O Programa Plantão Social surgiu em 1997, com o objetivo de proporcionar ao cidadão, desprovido de meios para prover sua subsistência e de sua família, medidas no campo da assistência social, voltadas para o atendimento das necessidades básicas mais prementes. Faz-se necessário mencionar que este serviço sócio-assistencial procura suprir necessidades emergenciais, com a finalidade de que o usuário possa buscar subsídios para sair da identificada condição de vulnerabilidade social.

Dessa forma, segundo Souza e Aguiar (1997, p. 9), o programa desenvolve as seguintes ações, a partir do contato inicial de acolhida e de estudo sócio econômico:

- Orientar e encaminhar os segmentos mais pobres aos recursos do município;

- Conceder em situações emergenciais, cestas básicas e outros benefícios de necessidades prementes;

- Atendimento a despesas diversas de caráter urgente e inadiável.



O Programa Plantão Social não possui planejamento próprio, a sua execução e os critérios de atendimento são desenvolvidos no âmbito dos projetos previstos pela Política de Assistência Social, que faz parte do Plano de Assistência Social do município.

A população usuária do Plantão Social é de maioria procedente do interior do Estado de Santa Catarina (Oeste Catarinense e Planalto Serrano), cujas famílias são numerosas, com média de cinco a sete pessoas. Grande parte são mulheres com idade superior a trinta anos, com escolaridade primária, analfabetos funcionais e renda média de dois salários.

A demanda é variada, pois o atendimento do Plantão Social abrange todos os segmentos sociais que estão vivenciando situação de vulnerabilidade social. Dentro desse universo, destacam-se as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, foco privilegiado de estudo desse Trabalho de Conclusão de Curso, na condição de usuários prioritários, que necessitam de atendimento preferencial, junto aos idosos e as crianças, por se tratar de pessoas comprometidas com suas potencialidades, o que dificulta enormemente a obtenção de renda via mercado de trabalho ou de subsídios públicos, tão escassos e precários, para suprir as suas necessidades básicas, bem como de sua família.

No entanto, a questão que envolve o portador de necessidades especiais faz parte de um contexto mais amplo, que diz respeito, não só a política de Assistência Social, mas a interligação entre as políticas setoriais. Diante do que foi observado dentro da realidade apresentada na Instituição percebeu-se a necessidade de conhecer quem são estas pessoas, como vivem, qual o contexto em que estão inseridas, pois, é através do conhecimento que se vai buscar subsídios para melhor implementar as políticas sociais presentes na sociedade capitalista.

### 1.1 Os conceitos legais em relação ao portador de necessidades especiais e a análise do perfil da população pesquisada

Para iniciar a reflexão sobre o perfil dos portadores de necessidades especiais é preciso antes entender quem são as pessoas consideradas com necessidades especiais, quais os conceitos e definições. De acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853<sup>3</sup>, de 24 de outubro de 1989, em seu artigo 3º, existem três níveis de análise, a deficiência, “que é caracterizada por toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”; a deficiência permanente, definida como “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter a probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos”; e a incapacidade que é conceituada como “uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”.

O artigo 4º, deste mesmo Decreto, define como pessoa portadora de necessidades especiais as que se enquadram nas seguintes categorias:

I - Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplesia,

---

<sup>3</sup> Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.



triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida.

II - Deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na seguinte forma:

- de 25 a 40 db - surdez leve
- de 41 a 55 db - surdez moderada
- de 56 a 70 db - surdez acentuada
- de 71 a 90 db - surdez severa
- acima de 91 db – surdez profunda

III - Deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

IV - Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativa, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

V - Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Estes conceitos são os que estão presentes na atual legislação, e procuram de uma certa forma propiciar melhor entendimento sobre o que vem a ser considerado uma necessidade especial, isto é importante para o enquadramento em políticas públicas, mas também para a compreensão da sociedade, pois se reportando na história desde a antiguidade pode se observar que a pessoa portadora de necessidades especiais sempre foi alvo de muita discriminação, preconceito e segregação.

As características especiais já foram interpretadas pela sociedade e pela família, até bem pouco tempo atrás, como decorrentes de culpa por algum pecado cometido ou como reação de vontades sobrenaturais, causando medo, horror e repugnância, aos “normais”. Também, quando do advento do Cristianismo, que tinha por preceito o amor ao próximo, foram aceitas como uma fatalidade e as pessoas portadoras de necessidades especiais, por conseguinte, eram recolhidas em asilos e hospitais financiados pela Igreja, ficando à *mercê* da caridade cristã. No Renascimento é que ocorre um avanço de pensamento em relação à postura da sociedade para com a pessoa portadora de necessidades especiais, pois com o progresso da ciência, perdeu-se a visão mística e começou a ser estudados métodos de correção e próteses que visariam a minimizar as deformidades. Mas somente no século XX é que os portadores de necessidades especiais passam a exercer sua cidadania, se fazendo presentes nas relações sociais, no mercado de trabalho, a partir da iniciação dos processos para a capacitação e desenvolvimento das potencialidades através dos treinamentos profissionais. Embora esse processo ainda esteja restrito as pessoas portadoras de necessidades especiais que desfrutaram de condições materiais, emocionais e educacionais de organização e luta pelos seus direitos.

A partir de então foram criados programas de reabilitação e instituições especializadas no atendimento das necessidades especiais, primeiramente como campo caritativo e depois, gradualmente, inserindo-se na agenda das políticas sociais, como dever do Estado. Como consequência, nas últimas décadas muitas legislações foram criadas com o intuito de combater o preconceito, a exclusão e tornar a pessoa portadora de necessidades especiais uma pessoa de direitos sociais, como mostra a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, criada pela ONU no ano de 1975.



Enfim, muitas barreiras culturais e sociais contam a história do processo de luta pela cidadania das pessoas portadoras de necessidades especiais, na conquista dos seus direitos, tendo em vista a necessidade de superação dos mecanismos de exclusão e a construção dos processos de transformação da sociedade em efetivamente inclusiva para todos, propiciando espaços de discussões que viabilizam novas formas de aceitação e efetivação de direitos.

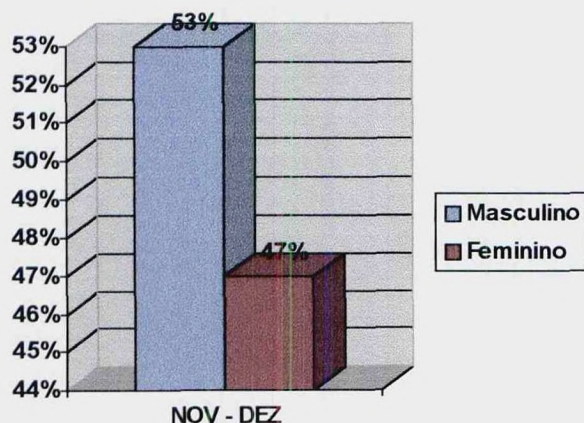
Diante do contexto que vivem os portadores de necessidades especiais assistidos pela Política de Assistência Social do Plantão Social, foi consenso a elaboração de uma pesquisa que viesse a refletir a realidade concreta desses usuários. Pois, é de fundamental importância reconhecer que os sujeitos históricos atendidos pela Política Pública de Assistência Social expressam visões de mundo, emoções e experiências o que implica em avaliar qual o entendimento que o homem subalterno tem sobre sua subalternidade, como nas relações sociais mais amplas se constrói a identidade subalternizada e as representações da pobreza pelos que a vivem (YASBEK, 1996). Desta forma procurando a transparência das ações desta política pública na percepção do indivíduo, para que na sua alienação não se sinta alvo de interferências, reduzidos a objetos que acabam conferindo a outrem as decisões de sua própria vida.

Yasbek (1996, p. 79) complementa a respeito das representações de subalternidade, analisando que:

As representações de que são portadoras as classes subalternas revelam essa “administração” de suas vidas, ao mesmo tempo em que expressam os confrontos das relações entre “ricos” e “pobres”, entre mundos diversos, marcados pela miséria ou pela abundância. As representações dos subalternos sobre essas relações são marcadas pela simultaneidade de códigos e sentidos que muitas vezes diluem as reais contraposições que vivenciam.

Dessa forma, procurou-se demonstrar as formas de vida dos portadores de necessidades especiais, imersos na experiência concreta da subalternização. Nos próximos subtítulos serão apresentados os resultados sobre o perfil dos usuários do Plantão Social, de forma que se possa reconhecer, com maior propriedade, sua configuração como trejeitos históricos, ainda que mantidos sob o manto da invisibilidade.

### 1.1.1 Sexo



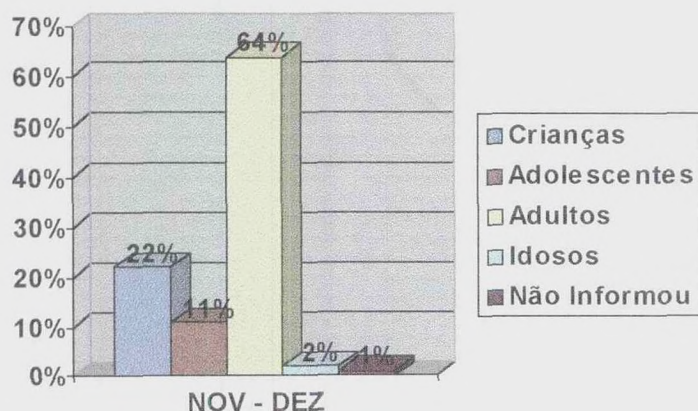
**Gráfico 1.** Total de usuário por sexo atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

Durante o período de realização da pesquisa foi constatado (Gráfico 1) que 53% dos usuários portadores de necessidades especiais são do sexo masculino e 47% do sexo feminino, o que, de certa forma, contraria a relação de proporcionalidade existente na sociedade, onde o contingente feminino é maior. Esse dado mostra a relevância de se fazer pesquisas nessa área, pois assim como a diferença de sexo é contraposta a da sociedade, outras



características se fazem presentes, podendo assim, dispor de informações importantes que venham a subsidiar na construção de políticas públicas que sejam realmente eficazes no atendimento da população a qual se destina.

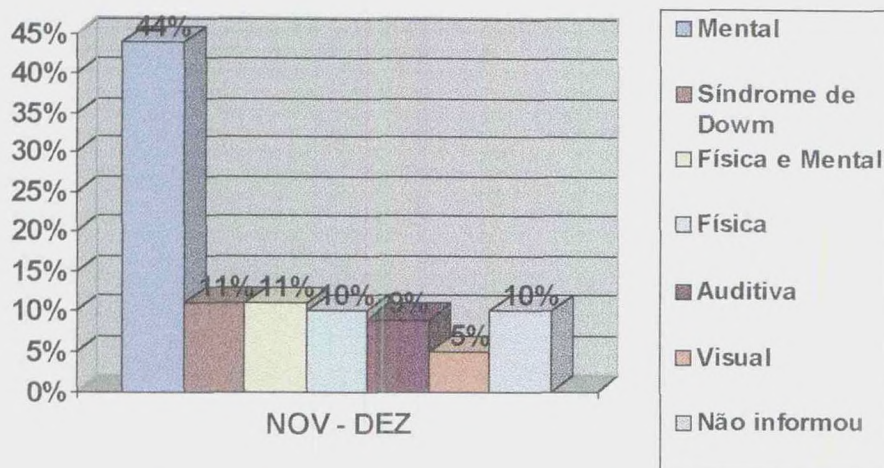
### 1.1.2 Faixa etária



**Gráfico 2.** Faixa etária dos usuários atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003). Dados primários.

Quanto à faixa etária observa-se que os adultos são a maioria 64%, as crianças 22%, adolescentes 14% e idosos 2% (Gráfico 2). Tendo em vista que a maioria dos portadores de necessidades especiais pesquisados são adultos, é necessário dispor de mecanismos que garantam acesso efetivo ao mercado de trabalho, ampliação dos centros de atendimento de habitação e reabilitação procurando investir em uma estrutura social que venha a subsidiar nas formas de relações destes indivíduos com a sociedade, para que possam subsistir de maneira independente e garantir com o seu trabalho os meios de viabilização de suas necessidades básicas.

### 1.1.3 Caracterização da necessidade especial



**Gráfico 3.** Caracterização da necessidade especial da demanda atendida no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003). Dados primários.

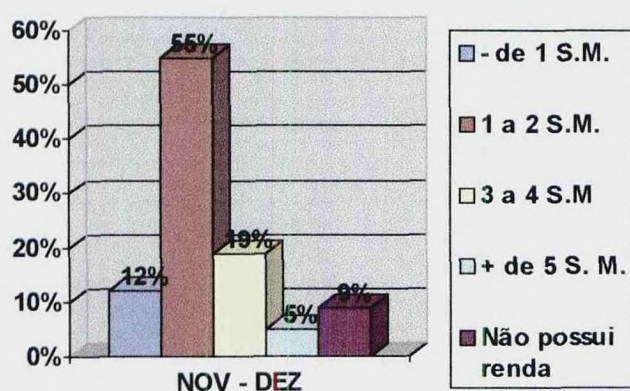
Como pode ser verificado no Gráfico 3, grande parte dos portadores de necessidades especiais pesquisados apresenta necessidade especial mental - 44%, com síndrome de Down - 11%, apresentam concomitantemente física e mental 11%, auditiva 9% e visual 5%. A necessidade especial pode se dar em decorrência de malformações antes do nascimento como em decorrência de doença da mãe ou do feto; como também por doenças genéticas; mas também pode vir em virtude de acidentes de trabalho, de trânsito, uso de drogas e doenças infecto contagiosas. De acordo com Ribas (1985, p. 26), pode ser dividida em três tipos:

Existem as deficiências físicas (de origem motora: amputações, mau formações ou seqüelas de vários tipos, etc.), as deficiências sensoriais, que se dividem em deficiências auditivas (surdez total ou parcial) e visuais (cegueira também total ou parcial) e as deficiências mentais (de vários graus de origem pré, peri ou pós-natal).



E dependendo do grau e tipo pode trazer ao indivíduo maiores dificuldades nas condições de vida associativa, na inserção ao mercado de trabalho e na sua locomoção, tornando-os dependentes de seus familiares, indispondo condições próprias. Por este motivo é necessário o acesso aos tratamentos adequados com medicamentos, programas de habilitação e reabilitação, para que possam desfrutar dos espaços sociais que lhes são de direito.

#### 1.1.4 Renda familiar<sup>4</sup>



**Gráfico 4.** Renda familiar dos usuários atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003). Dados primários.

É uma realidade complexa de se deparar, mas muitas das famílias que comparecem ao Plantão Social possuem renda inferior a um salário mínimo ou, até mesmo, sobrevivem sem renda fixa. No caso das famílias das pessoas com necessidades especiais não é diferente, como pôde ser constatado, (Gráfico 4) 55% dos pesquisados possuem renda entre um e dois salários mínimos, 19% de três a quatro, 12% menos de um, 9% não possui renda e 5% recebem mais de cinco salários mínimos. Em muitos casos, a renda familiar não é suficiente, pois, em geral,

<sup>4</sup> Estão incluídos os benefícios recebidos pelas pessoas portadoras de necessidades especiais

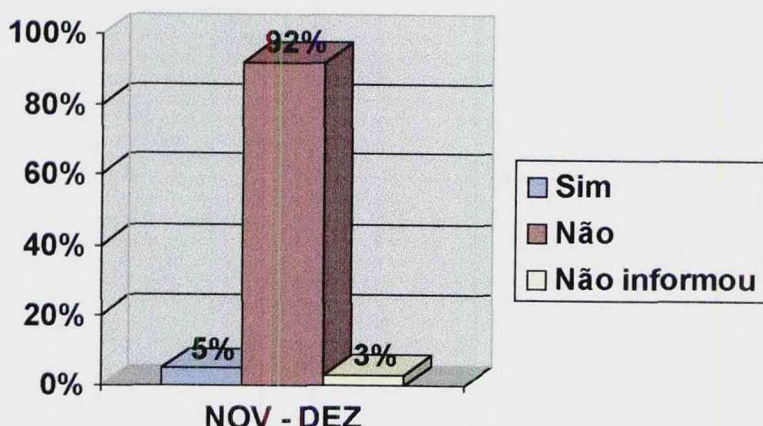
os gastos com medicamentos para as pessoas com necessidades especiais são elevados, o que torna árdua a sobrevivência das pessoas portadoras de necessidades especiais e enorme a responsabilidade da família. É fácil perceber a grande desigualdade social que perpassa a estrutura social do país, onde muitos têm pouco e poucos têm muito, caracterizando a falta de acesso aos direitos garantidos na Constituição. É o que se pode constatar na citação a seguir:

(...) quatrocentas mil famílias, pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, controlam cerca de 20% da renda nacional e mais da metade do estoque de riqueza nacional. Considerando um PIB de US\$ 800 bilhões e um estoque líquido de riqueza privada de US\$ 2 trilhões, as elites brasileiras controlam uma renda anual da ordem de US\$ 160 bilhões e uma riqueza de US\$ 1,1 trilhão o que corresponde a uma renda familiar anual média de US\$ 400 mil e uma riqueza familiar média de US\$ 2,7 milhões (...) o restante 99% da população brasileira (39,6 milhões de famílias ou 158 milhões de pessoas) responde por uma renda familiar anual média de US\$ 16.000 e uma riqueza familiar média de US\$ 24.000. (GONÇALVES, 1999, p. 45 apud NOGUEIRA; SCHWARTZ, 1999, p. 82).

Esses dados reforçam, com números, a realidade concreta do país, demonstra o quanto a sociedade capitalista é desigual, e a estrutura econômica do Brasil, onde não há equidade na redistribuição de renda. Os grandes detentores do capital são cada vez mais privilegiados com reduções na carga tributária em troca de supostas atividades de “responsabilidade social”, o que aumenta a margem de lucro das empresas, as quais vêem na prática da responsabilidade social um negócio muito lucrativo. Enquanto isso, a classe média paga pelos exageros concedidos aos grandes empresários, ou melhor, às multinacionais que investem capital no país de origem, onerando ainda mais a condição das classes subalternas que não é privilegiada com investimento em políticas públicas que venham minimizar as desigualdades existentes.



### 1.1.5 Total de chefes de família



**Gráfico 5.** Portadores de necessidades especiais chefes de família atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003). Dados primários.

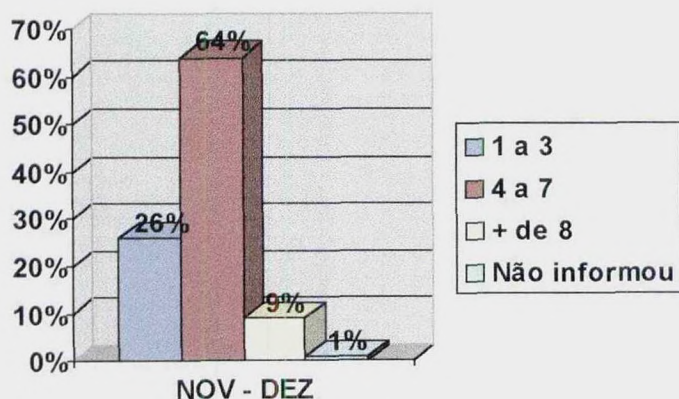
Nos casos pesquisados, como se pode constatar no Gráfico 5, somente 5% dos portadores de necessidades especiais são chefes de família, 92% dos entrevistados ainda residem com a família de origem e 3% não informaram. Através desses dados, pode-se constatar que é numerosa a quantidade de pessoas com necessidades especiais que dependem de sua família e não constituíram família própria. Essa informação pode ser entendida na medida que, em muitos casos, a necessidade especial não permite uma vida totalmente independente. Porém, a falta de informação sobre métodos de reabilitação, o sentimento de culpa e superproteção ainda são os que vem contribuir para o retardo no amadurecimento e a para a inclusão na sociedade, no mercado de trabalho e na educação das pessoas portadoras de necessidades especiais. De acordo com Ribas (1985, p. 53),

existem casos de pessoas portadoras de síndrome de Down (mongolismo) e de deficiência mental (principalmente os mais próximos da condição limítrofe) que brincam, passeiam, trabalham em serviços simples, e até fazem compras sozinhos. Quanto às deficiências físicas e sensoriais estas

são muito mais passíveis de reabilitação, o que quer dizer que estas pessoas têm muito mais condições de nunca serem dependentes da família.

Assim, pode ser verificado o quanto o modo como a família trata qualquer um de seus membros vai influenciar em sua maneira de agir e enxergar o mundo no futuro. A legislação atual, que assegura o direito ao trabalho ao portador de necessidades especiais, reflete um avanço da sociedade no tratamento da questão e favorece a constituição de uma família própria, que ele possa manter com seu trabalho e com a qual possa construir laços afetivos com autonomia, refletindo um espaço de inclusão e desenvolvimento pessoal e social.

#### 1.1.6 Quantidade de integrantes na família



**Gráfico 6.** Quantidade de integrantes na família dos usuários portadores de necessidades especiais atendidos no Plantão Social da Prefeitura do Município de São José (2003). Dados primários.

Em relação ao número de integrantes na família tem-se que (Gráfico 6), 26% dos casos possuem de uma a três pessoas, 64%, de quatro a sete e em 9% possuem mais de oito. Este é outro ponto relevante que acaba agravando e dificultando a sobrevivência. Algumas



vezes em uma mesma família há mais de uma pessoa com necessidades especiais ou tem pessoas idosas que também dependem de um atendimento mais sistematizado. E saber lidar com estas pessoas, com suas questões particulares, com medicamentos e educar da maneira mais coerente, é uma tarefa que exige muito esforço e dedicação da família, já que ela constitui o alicerce para que a pessoa com necessidades especiais possa viver de forma mais segura e buscar superar suas próprias limitações, até porque o Estado permanece omissa com relação ao apoio que deve assegurar às famílias e indivíduos . Em Ribas (1985, p. 52) ele contribui com esta análise em relação à família dizendo o seguinte: “Acredito que grande parte das famílias não estão preparadas para receber um membro deficiente [...]. Deste modo as relações podem ser as mais variadas: rejeição, simulação, segregação, superproteção, paternalismo exacerbado ou mesmo piedade”.

Diante do exposto na análise de todos os resultados, o que fica mais evidente é a falta de opções que o portador de necessidades especiais ainda se depara, tendo em vista que a sociedade ainda não se familiarizou com os conceitos atuais de inclusão destas pessoas em todos os espaços sociais, mas foram criadas as conclusões para esse processo de inclusão social, tais como, os serviços sócio-assistenciais públicos de convivência; a ampliação dos serviços de habitação e reabilitação; a eliminação das barreiras arquitetônicas e simbólicas; a universalização da inclusão educacional; a garantia das vagas protegidas no mercado de trabalho. Ainda está muito presente a idéia de o que é diferente deve ser escondido e que os únicos responsáveis pela sobrevivência dessas pessoas são os seus progenitores. Um bom exemplo deste fato são os pais de crianças ditos “normais” que não enxergam com bons olhos o fato de seu filho ter um colega de aula “especial” e acabam interferindo na maneira de seus filhos tratar o colega, resultando na segregação, que se constitui em política tão antiga quanto

à humanidade, apóia-se no tripé preconceito, estereótipo e estigma que vem a cristalizar um ciclo vicioso e infinito (AMARAL, 1994), e com este pensamento vai se elaborando um sistema que acaba por excluir as pessoas portadoras de necessidades especiais das escolas e do meio social.

## 2 – AS DEMANDAS RECONHECIDAS E AS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

### 2.1 As necessidades humanas e os mínimos sociais

A Lei Orgânica da Assistência Social prevê a provisão dos mínimos sociais através de seus benefícios, serviços, programas e projetos, procurando contribuir no atendimento às necessidades humanas fundamentais. Nesse sentido faz-se necessária uma discussão ampla sobre mínimos sociais, de forma que a sua tradução não reproduza a lógica minimalista, de uma proteção social estrangida pelo projeto neoliberal que vai na contramão da valorização da cidadania e da defesa pelos direitos sociais.

Para conquistar os objetivos aos quais a Assistência Social almeja, em seu Capítulo I, Art. 2º, deve ser assegurado:

- Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- Amparo às crianças e adolescentes carentes.
- Habilitação e reabilitação das pessoas das pessoas portadoras de deficiência.
- Promoção da integração ao mercado de trabalho.
- Garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso e à pessoa portadora de deficiência.

Realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando:

- Enfrentamento da pobreza.
- Garantia dos mínimos sociais.
- Provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização de direitos.

Propor mínimos sociais significa determinar o que se pretende garantir a todos os cidadãos. É colocar toda a população que necessita da proteção sócio-assistencial em um patamar minimamente adequado, em termos da cobertura de riscos e garantias. É, além de tudo, definir um padrão de civilidade. De acordo com Sposati (1997, p. 16) há uma dupla



interpretação de mínimos sociais “restrita, minimalista que se funda na pobreza e na sobrevivência; ampla e cidadã, padrão básico de inclusão”. Pensar em patamar mínimo é excluir ainda mais a população carente, pois eles devem conseguir sobreviver com o pouco que lhes é oferecido, como se as pessoas de baixa renda fossem diferentes e não tivessem as mesmas necessidades da classe média.

Sposati (1997, p. 16) destaca ser essencial a análise de cinco patamares de padrão de vida para propor mínimos sociais, sobrevivência biológica, condição de poder trabalhar, qualidade de vida, desenvolvimento humano e necessidades humanas. A partir destes níveis de análise, é necessário se pensar o que esses mínimos sociais, estabelecidos pela política pública de Assistência Social, estão ou não provendo, e se a esperada satisfação dos mínimos sociais ou de necessidades básicas estão efetivamente sendo atendidas. Para auxiliar na compreensão dessa análise, vale citar Pereira (2000, p. 26), que faz uma clara distinção entre o que seriam mínimos sociais e o conceito de necessidades básicas:

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela acrescenta. Por conseguinte, a nosso ver, o básico que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em uma acepção mais longa.[...].

A análise das necessidades básicas devem permear a estruturação de políticas públicas, pois correspondem o básico que um ser humano necessita para ter satisfeita suas condições de sobrevivência. É de suma importância reconhecer que a tradução focalista dos mínimos sociais e sua provisão precária e pontual pode manter o acesso ao direito sócio-assistencial nos limiares do já combatido assistencialismo, na medida em que tal perspectiva

não permite a universalização de garantia de direitos e sim se propõe a suprir a necessidade em caráter meramente emergencial, sem promover a cidadania e reais condições de vida. Mas pelo contrário garantir condições básicas de sobrevivência pressupõe um padrão digno essencial para todos, sendo pré-condição para a concretização dos direitos fundamentais que se viabilizarão via políticas sociais.

No entendimento de Pereira (2000, p. 27):

[...] mínimo e básico, ao contrário do que tem sido apressada e mecanicamente inferido do texto da LOAS, são noções assimétricas, que não guardam, do ponto de vista empírico, conceitual e político, compatibilidades entre si. Isso nos leva a concluir que, para que a provisão social prevista na LOAS seja compatível com os requerimentos e necessidades que lhe dão origem, ela tem que deixar de ser mínima ou menor, para ser básica, essencial, ou pré-condição à gradativa otimização dessas necessidades.

Desta forma, o desenvolvimento de políticas sociais, que possibilitem a população empobrecida uma melhor qualidade de vida, deve estar vinculada com a elaboração de projetos, que busquem subsídios em outras áreas, como a econômica, para que se viabilize oportunidades que garantam uma condição melhor de sobrevivência.

## **2.2 As necessidades identificadas nos usuários portadores de necessidades especiais do Plantão Social.**

As necessidades apontadas na pesquisa com as famílias de pessoas portadoras de necessidades especiais remetem para dois eixos de análise, as necessidades básicas (alimentação, saúde e habitação); e o direito ao trabalho e educação.



A satisfação das necessidades básicas é a primeira preocupação dos familiares, principalmente, as questões da alimentação e da saúde se fazem primordiais. Isto pode ser observado pela grande procura pelos benefícios alimento e medicamento. Muitas famílias dependem da cesta básica que recebem dos programas sócio-assistenciais para sua sobrevivência, já que teoricamente este representa boa parte da alimentação presente na casa. A falta de uma alimentação saudável pode acarretar muitos problemas e o mais expressivo é a desnutrição que se apresenta como a falta ou quantidade insatisfatória de energia crônica. Monteiro (2003, p. 2) conceitua a desnutrição ou deficiências nutricionais, como “doenças que decorrem do aporte insuficiente em energias e nutrientes ou, ainda, com frequência, do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos”, o que pode acarretar em dificuldades para o desenvolvimento do indivíduo, levando-o a necessitar de tratamento na rede pública de saúde, que faz parte de outra demanda apresentada pelos usuários pesquisados.

A grande necessidade de tratamento nos serviços públicos de saúde é crescente, na medida em que muitos são os portadores de necessidades especiais que fazem uso de medicamentos contínuos, decorrentes de seqüelas neurológicas graves e também de diversas outras naturezas, os quais muitas vezes são de alto custo e geralmente não são encontrados nos Postos de Saúde.

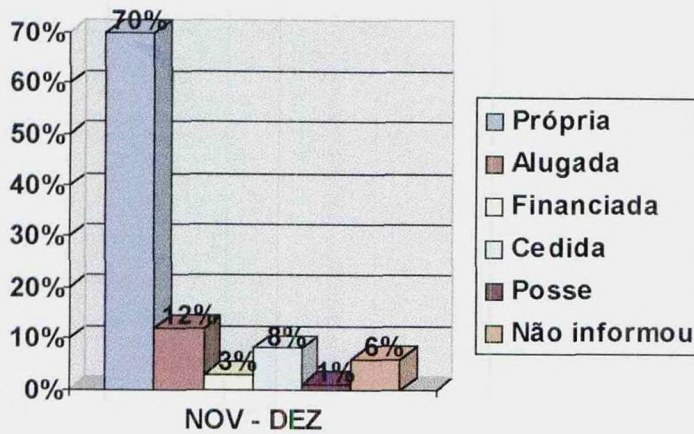
Na área da saúde se constata diariamente a precariedade do Sistema Único de Saúde – SUS – no que se refere à garantia de medicamentos gratuitos, tendo em vista que até remédios básicos muitas vezes estão em falta nos Postos de Saúde, fazendo as pessoas recorrer a Assistência Social do Município, tornando mais oneroso o orçamento desta política, que já trabalha com verbas reduzidas.

Na Constituição de 1988, foi adotado o conceito de Saúde que engloba tanto a ausência de doença quanto o bem estar. Mas cabe indagar: quais as medidas estão sendo tomadas pelas três esferas de governo para que seja concretizado o que está garantido na lei maior? Pois, poucas são as ações que visam assegurar as características para a preservação da saúde, como saneamento básico, acesso a medicamentos e atendimentos em hospitais, alimentação saudável, lazer, entre outras.

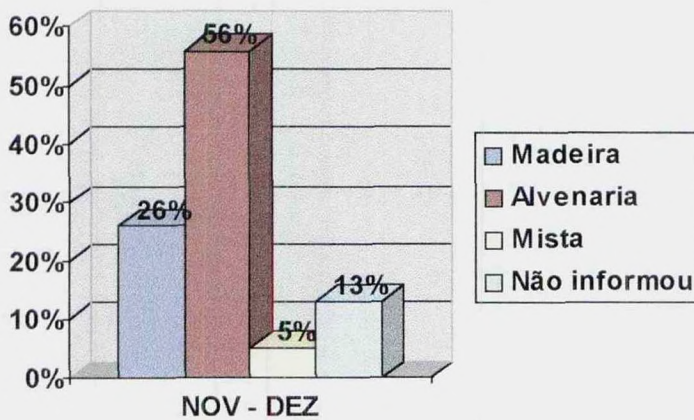
Sendo o acesso à saúde um direito universal e igualitário, cabe a todos lutar por melhores condições, seja denunciando ao Ministério Público a falta de medicamentos nos Postos de Saúde, seja entrando com ações contra o Estado, para que este seja obrigado a fornecer medicamentos de alto custo. São formas de pressionar o Estado, para que se possa ter uma política de saúde que condiz com o que está na Lei.

No que se refere às condições de habitação identificadas na pesquisa, esta corresponde uma outra demanda apresentada pelos familiares dos portadores de necessidades especiais. Como se não bastassem as dificuldades comuns, cabe registrar o grande problema da locomoção/barreiras arquitetônicas como grande elemento de limitação da autonomia das pessoas portadoras de necessidades especiais. Muitos deles são cadeirantes ou andam com dificuldade, que exige grande esforço para deslocamento e utilização de transporte coletivo e dos espaços públicos.





**Gráfico 7.** Formas de habitação dos usuários atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.



**Gráfico 8.** Material de construção das habitações dos usuários pesquisados no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

Os resultados apresentados no gráfico 7, revelam que em 70% dos casos as famílias dos usuários com necessidades especiais possuem casa própria, 12% casa alugada, 3% é financiada, 8% é cedida e 1% é de posse; em relação ao material de construção tem-se no gráfico 8, que 26% são de madeira, 56% de alvenaria e 5% mista. A princípio, se a análise



fosse subsidiada imediatamente com os dados obtidos pelo resultado da pesquisa, poderia se afirmar que as condições de habitação são satisfatórias, tendo em vista que a grande maioria tem casa própria. No entanto, ao se constatar o aspecto das habitações, em muitos casos, percebe-se que estas não apresentam condições adequadas de moradia. Geralmente, quando perguntados sobre o assunto, os entrevistados já falavam que “é um barraco” ou “é uma casinha com dois cômodos, e nós moramos em cinco lá”, o que vem a caracterizar a forma precária da habitação, a qual muitas vezes não tem condições apropriadas de saneamento, com o esgoto passando a céu aberto, como na grande maioria dos bairros de periferia, com o sistema de abastecimento de água insuficiente, em suma são casas próprias, mas que não se encontram em bom estado de conservação, algumas até ameaçadas de desabar. O acesso aos cadeirantes também é dificultado, na medida em que as ruas não são calçadas, muitas residências são em morros, a família depende do auxílio dos vizinhos para poder levar o portador de necessidades especiais aos lugares, o que acaba ocorrendo é o seu distanciamento da sociedade. Esta é a complexa realidade em que vive grande parte da população usuária do Plantão Social.

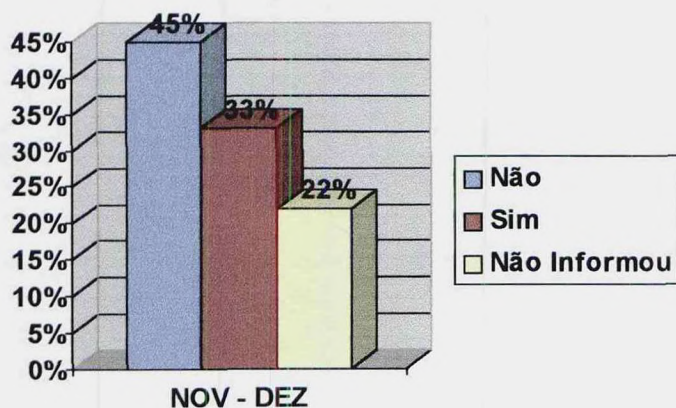
A perspectiva de uma casa digna, com condições de se viver adequadamente, povoa o imaginário de todos os brasileiros que vivem em situação precária. Porém, os programas habitacionais estão longe da classe que se encontra em condições mais necessitadas, como bem destaca Buarque (1999, p. 98):

O programa habitacional brasileiro sempre teve a mesma característica da indústria: financiar casas para as classes média e rica, com a promessa de que ínfimos salários mínimos dos operários da construção seriam o caminho para abolição da pobreza, ou usar a demanda dos pobres para dar contratos a grandes empreiteiras, mais preocupadas com o lucro do que com o resultado

de seu trabalho, quase sempre dissociado das necessidades e possibilidades da população pobre.

A elaboração de um novo programa habitacional deve, acima de tudo, estar voltado à construção de casas populares que privilegiem infraestrutura básica com saneamento, abastecimento de água e energia elétrica, ruas com as devidas condições de acesso, coleta seletiva de lixo, educação ambiental enfim, ferramentas para se garantir o essencial para uma vida melhor.

A questão da educação representa mais uma demanda apontada pelas pessoas pesquisadas, é um dado relevante a ser estudado e questionado, pois, como se pode constatar, no gráfico 9, 45% não tiveram acesso a escola, 33% freqüentam ou freqüentaram e 22% não informaram. Poucos são os portadores de necessidades especiais que tiveram ou tem acesso à educação, seja ela especial ou não.



**Gráfico 9.** Total de usuário estudantes atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

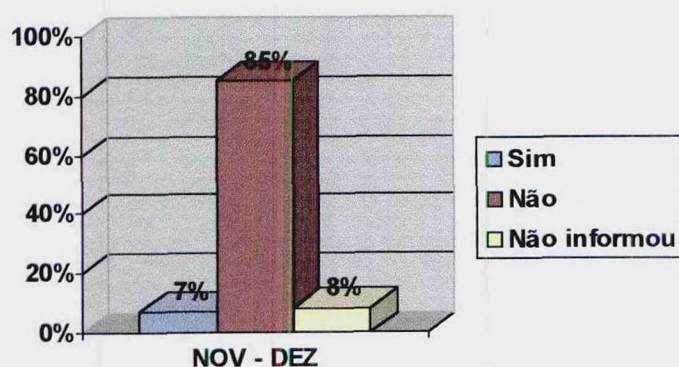
Através da educação procura se desenvolver as potencialidades de cada indivíduo.

A educação inclusiva, que garante o acesso do aluno especial à escola de ensino regular,



procura a interação entre todos com o propósito de superar os processos de exclusão sobre o portador de necessidades especiais já no processo de socialização básica, na sociedade, também ensinando os demais alunos a conviver com a diversidade sem interferir nas relações de forma negativa. Mas, como se pode verificar no Gráfico 9, as pessoas portadoras de necessidades especiais dificilmente possuem escolaridade pois o acesso à escola ainda é privilégio para poucos alunos com necessidades especiais. A falta de escolaridade inevitavelmente culmina, na dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, pois, é exigido um mínimo de estudo para cada função laborativa.

Contraditoriamente, a inserção dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, apesar de muitos avanços, ainda é insuficiente para suprir a demanda existente. Poucos são os portadores de necessidades especiais entrevistados que possuem um trabalho, como demonstra o gráfico 10, do qual se pode retirar o seguinte resultado: somente 7% dos pesquisados trabalham, e a grande maioria 85% não estão inseridos no mercado de trabalho.



**Gráfico 10.** Total de usuário trabalhadores atendidos no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003). Dados primários.

O preconceito existente, por outro lado, também dificulta a inserção ao mercado de trabalho das pessoas portadoras de necessidades especiais, na medida em que ainda sobrevive a imagem do portador de necessidades especiais como alguém incapaz, que não trará benefícios à empresa e acarretará muitos gastos pela adequação ao espaço físico de trabalho. No entanto, a inclusão e a diversidade são fatores que podem trazer componentes positivos tanto para a empresa quanto para os demais funcionários. Segundo Gil (2002, p. 09):

[...] A diversidade evidencia os valores da partilha, da complementaridade e da solidariedade. Num quadro social marcado por discrepâncias profundas, fica cada vez mais clara – também para as empresas – a importância estratégica de criar uma realidade social inclusiva, que absorva as demandas e necessidades de todos os segmentos sociais [...].

Para que a realidade social se torne efetivamente inclusiva, a sociedade deve superar os preconceitos existentes e aderir a cultura da inclusão, que está vinculada à maneira de enxergar o outro entendendo e respeitando sua diversidade passando a conviver harmoniosamente. No âmbito das relações no mercado de trabalho, não deve ser diferente, tanto a empresa quanto os demais funcionários devem propiciar espaços adequados para que os portadores de necessidades especiais possam desenvolver suas tarefas dentro da função em que melhor se enquadra.

### **2.3 As respostas institucionais para a demanda apresentada**

Como já dito, a instituição Secretaria do Desenvolvimento Social busca, através do Programa Plantão Social contribuir no esforço de enfrentamento da pobreza, tentando ainda



que emergencialmente, suprir, as demandas sociais que os usuários apresentam. Este trabalho acontece através de alguns projetos sócio-assistenciais, os quais serão discutidos abaixo.

### **2.3.1 Projeto de Auxílio Alimento**

Tem como objetivo geral proporcionar atendimento à população de baixa renda do município, procurando suprir as suas necessidades básicas com auxílio alimento.

Devido às características da população que freqüenta o Plantão, a maioria com renda insuficiente, muitos desempregados e outros fatores que agravam a sobrevivência, a cesta básica se constitui o auxílio mais solicitado. É também um auxílio muito limitado, são somente em média 150 cestas básicas que teriam que ser mensais, mas não tem uma certa regularidade. Por estes motivos apresentados, para a concessão deste auxílio são exigidos alguns critérios de atendimento, como acesso prioritário a idosos, portadores de necessidades especiais, gestantes, mães com filho até três meses de idade e portadores de doenças infecto-contagiosas.

Isto não significa que outros casos não serão atendidos, pois todos os casos são analisados e alguns atendidos, como por exemplo, em situações de desemprego repentino, com o objetivo de auxiliar a família para que consiga buscar outras alternativas. Tendo em vista as dificuldades do financiamento dos serviços da Assistência Social, o auxílio alimento além de critérios para a sua concessão apresenta também tempo determinado, variando de três a seis vezes no ano que o usuário pode vir a receber a cesta básica.



Diante de critérios pré-estabelecidos, o planejamento do Programa Plantão Social, deve procurar mensurar até que ponto estes critérios são válidos, até que ponto eles acabam por transformar um direito em um processo seletivo e longe das reais características a que se destina a Política Pública de Assistência Social.

### **2.3.2 Projeto de Auxílio Medicamento**

Tem como objetivo geral, propiciar à população usuária o acesso às políticas sociais referentes ao aspecto saúde, auxiliando com medicamentos que não são encontrados na rede básica de atendimento nos Postos de Saúde.

O projeto prevê atendimento, através do repasse de medicamento no valor máximo de oitenta reais, no máximo cinco vezes ao ano. Há uma certa restrição quanto ao atendimento de casos de medicamentos de uso contínuo, pois estes devem ser concedidos nas farmácias da rede pública.

Embora os medicamentos não sejam responsabilidade única da Política Pública de Assistência Social recai sobre ela uma parte da demanda, tendo em vista que muitos medicamentos encontram-se em falta nos Postos de Saúde, o que acaba gerando mais uma despesa que vai incidir no escasso orçamento destinado a esta política pública. O Programa Plantão Social atende um grande número de pessoas que vão em busca de medicamentos, mas a cota destinada aos medicamentos não é suficiente para atender a demanda, principalmente a de medicamentos de uso contínuo, que é um problema de relativa importância, tendo em vista

que em meados de 2003, a norma da Prefeitura é para que sejam evitados o encaminhamento dos medicamentos contínuos, pois entende-se que o repasse destes cabe ao Estado e não a instância Municipal. Então todos os usuários que solicitam este tipo de medicamento são encaminhados ao Ministério Público para entrar com uma ação contra o Estado, que deveria ser o responsável por fornecê-los. Mas como se tem conhecimento, o Promotor de Justiça responsável por estas ações tem uma demanda grande e muitas vezes não tem condições de receber novos casos. Neste sentido mais um entrave acontece, pois o usuário não consegue ser atendido pela Justiça e retorna ao Plantão, é uma situação delicada, pois o usuário não pode ficar sem o medicamento, e incide sobre ele a falta de repasse nas áreas da Saúde e da Assistência Social.

### **2.3.3 Projeto auxílio passe e passagem para tratamento de saúde, recambiamento, entre outros**

Oferece passagem de ônibus a população usuária que necessita se deslocar para tratamento de saúde, seu ou de algum familiar, bem como aquelas que querem retornar a sua cidade de origem. O usuário que necessita desse auxílio deve comparecer ao Plantão levando a solicitação do médico para o tratamento, no caso de recambiamento ou viagem por doença, morte na família, deve levar o telefone de algum familiar para que seja feito contato.

Novamente nesta situação o usuário é prejudicado pela escassez de recursos, pois, não é sempre que tem o passe para o ônibus o qual ele necessita para se deslocar até sua fisioterapia ou qualquer outro tratamento de saúde.

### **2.3.4 Projeto Aquisição de Óculos**

Tem como objetivo geral atender as solicitações de auxílio para a aquisição de óculos de grau, objetivando a melhoria das condições de visão, bem como a melhoria da vida associativa escolar e no trabalho.

Para solicitar este auxílio o usuário deve levar a receita do óculos. A renda mensal familiar não deve ser superior a dois salários mínimos.

### **2.3.5 Projeto Auxílio Moradia**

Este projeto tem por objetivo reformar, construir alguma peça a mais ou concluir a obra na moradia das pessoas com situação financeira precária. Para esses casos o terreno em que se encontra a residência deve ter escritura, não pode ser terreno invadido. Para a liberação do benefício exige-se um parecer social, realizado a partir de visita domiciliar e cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de renda e três orçamentos do material de construção necessário.

O parecer social e a documentação são encaminhados à Secretaria do Desenvolvimento Social, para análise e, se tudo estiver de acordo, o recurso é liberado. O fator complicador nesse projeto é a demora, pois as visitas domiciliares são realizadas somente duas vezes por semana, devido ao número reduzido de carros para o transporte e de funcionários



para a elaboração do parecer social. Além disso, como a demanda é grande há uma demora na liberação do pedido por parte da Secretaria.

### **2.3.6 Projeto de Auxílio Funeral**

Tem como objetivo geral propiciar as pessoas de baixa renda auxílio na aquisição de urna mortuária, no valor de até R\$ 480,00 (quatrocentos reais). O auxílio é concedido desde que a renda do usuário falecido seja inferior a dois salários mínimos. É necessário apresentação de cópia dos seguintes documentos: RG (do usuário e do solicitante), CPF (do usuário e do solicitante), comprovante de residência (do usuário e do solicitante), título de eleitor (do usuário e do solicitante), atestado de óbito, comprovante de renda (do usuário), carteira de trabalho (do usuário) e Nota fiscal da funerária. Se forem entregues todos os documentos exigidos e se a renda do usuário for de até dois salários mínimos, o auxílio é liberado sem maiores complicações. Em alguns casos, devido a falta de informações, as funerárias vendem uma mortuária com valor maior que aquele que o Programa pode ressarcir e a pessoa tem que arcar com o restante do custo.

### **2.3.7 Projeto de exame, auxílio cadeira de rodas, próteses, muletas, aparelho auditivo, entre outros.**

Este projeto visa melhorar a qualidade de vida dos usuários através da concessão de cadeiras de rodas, muletas, próteses, aparelhos auditivos, entre outros.

Os documentos necessários são: cópia de RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de renda e três orçamentos do produto a ser solicitado. Neste caso também é necessária a realização de visita domiciliar e parecer social.

Com este Projeto acontece o mesmo problema identificado com o Projeto de Auxílio Moradia, pois necessita dos mesmos requisitos (visita domiciliar, parecer social e análise pela Secretária do Desenvolvimento Social), mas apresenta agravante quando se trata de exame médico, devido à urgência que alguns exigem. Estes casos têm a preferência na hora de se fazer às visitas e os pareceres.

## **2.4 Análise dos projetos do Plantão Social**

Os projetos mencionados fazem parte do que a LOAS prevê como responsabilidade dos municípios enquanto da elaboração de programas e projetos de enfrentamento a pobreza. Mas a realidade vivenciada pelos atores sociais que fazem parte da demanda do Plantão necessita um trabalho mais sistematizado, procurando a interlocução com as políticas setoriais, para que o atendimento não ocorra somente através da concessão do auxílio, mas que seja



realizado um trabalho a mais com as famílias que vem ao Plantão, pois do modo em que está estruturado, apesar das assistentes sociais fazerem um trabalho de encaminhamentos e informação, fica a imagem assistencialista, na medida em que as pessoas ainda não conseguem observar o que recebem como um direito.

Em uma análise detalhada o que se constata é que estes não são suficientes, na medida em que vão de encontro com atendimentos emergenciais e pontuais. Caracterizam-se por ser seletivos e excludentes, pois se trabalha com critérios, não promovendo desta forma o direito do usuário como a LOAS propõe. A estruturação do programa está bastante fragmentada tratando o indivíduo em partes e não como um todo, tendo em vista que são concedidos um auxílio por atendimento, não se trabalha com todas as necessidades apresentadas pelo indivíduo e sua família incentivando com medidas que busquem subsidiar de maneira a propiciar reais condições para que o mesmo consiga os meios necessários a sua subsistência.

A proposta de um plantão que busque um atendimento mais sistematizado das famílias, está previsto na LOAS em seu Art. 25, que trata sobre os projetos de enfrentamento da pobreza, pois trata que os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meio, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

Para que se consiga realizar o disposto neste artigo, é necessário sim à articulação com outras medidas principalmente serviço de apoio sócio familiar e o desenvolvimento de programas de trabalho protegido, geração de renda e de garantia de direitos junto às demais



políticas públicas. Mas diferente do que está previsto, ao se deparar com a prática destes profissionais, constata-se que é humanamente impossível este tipo de trabalho, devido à demanda crescente e ao número reduzido de profissionais.

Pode-se observar que o Plantão, assim como acontece com outros Programas de Assistência Social, não é prioridade para o município, tendo em vista que cada vez mais estão existindo critérios seletivos para a concessão dos auxílios, o orçamento é escasso e não atende grande parte da demanda. Assim, para se ter um atendimento mais aproximado da discussão dos direitos sociais deveria haver uma reestruturação do programa com a ampliação do orçamento destinado, a contratação de mais profissionais para se conseguir realizar um atendimento sistematizado e uma pesquisa com os usuários para se analisar o que se constitui em maior prioridade, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo usuário, enfim, ouvir o que o mesmo tem a dizer para melhor atendê-lo.

## **2.5 O Serviço Social no Programa Plantão Social**

O Serviço Social, conta atualmente com três assistentes sociais, uma estagiária e uma auxiliar responsável pelo repasse dos auxílios. Os Assistentes Sociais desempenham função primordial no Programa, pois são os responsáveis pelo atendimento, encaminhamento e orientações aos usuários, bem como pela verificação “in loco” em algumas situações.

Os instrumentos utilizados na ação profissional são a entrevista, observação, visita domiciliar e o parecer social. O embasamento teórico se apresenta como ferramenta relevante

em cada atendimento, para a melhor compreensão sobre o contexto social, econômico e político em que o usuário está inserido. Por este motivo entende-se que o processo de trabalho do assistente social no âmbito da pluralidade de seus instrumentos técnico-operativos deve estar fundamentado em princípios éticos, buscando a interlocução teoria-prática, visando trazer mais informações ao seu cotidiano. De acordo com Silva (2000, p. 113), existem três exigências atualmente para o exercício da profissão, são elas:

- a) Consistente conhecimento teórico-metodológico, que propicie aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta;
- b) Realização dos compromissos ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, fundado nos valores democráticos e humanistas da participação política – liberdade, igualdade e justiça social – e nos valores de cidadania;
- c) Capacitação técnico-operacional que possibilite a definição de estratégias e táticas na perspectiva da consolidação teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários, com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política, sindical e comunitária.

Desta forma os assistentes sociais devem estar sempre buscando a sua atualização, pois cada vez mais o mercado de trabalho vem exigindo profissionais altamente qualificados, capazes de criar mecanismos viabilizadores de novas saídas para o atendimento das necessidades de seus usuários.



### **3 – O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, SEUS DIREITOS E O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL.**

No âmbito da pluralidade das políticas públicas e sociais o portador de necessidades especiais tem seus direitos garantidos a partir principalmente da Constituição Brasileira de 1988 e são estes direitos que serão visualizados neste capítulo, destacando a política pública de Assistência Social, os direitos garantidos pelos Decretos de Lei e contexto político, econômico e social que envolve as relações sociais.

#### **3.1 O portador de necessidades especiais e os direitos sociais**

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 é o marco inicial que trata dos direitos destinados ao homem. Segundo Bobbio (1992, p.30):

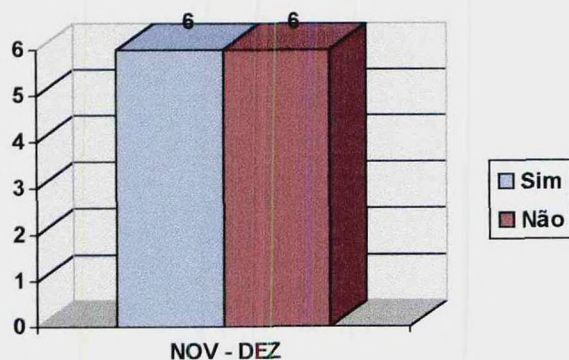
A Declaração Universal contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais.

Este movimento ao qual o autor se refere, trás em sua gênese a efetiva luta pela igualdade de direitos entre os homens que vai se constituir no ponto de partida para a elaboração das políticas sociais, que visam a solidificação dos direitos procurando alcançar a equidade no que tange as necessidades sociais da população como um todo. Desta forma no que se refere ao portador de necessidades especiais, a Declaração Universal dos Direitos do



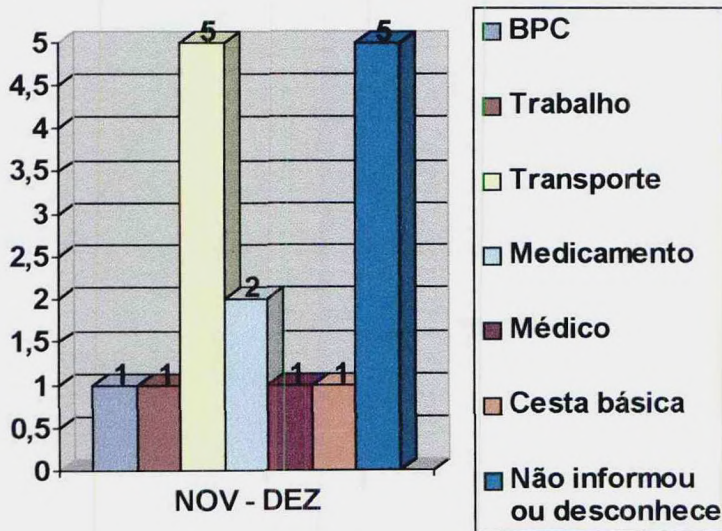
Homem, significou um grande marco que veio a subsidiar na elaboração dos direitos específicos destinados a estes cidadãos. Muitos direitos foram gradativamente sendo conquistados, mas o acesso ainda não foi totalmente viabilizado, consta muito nas leis, no entanto na prática o que se pode observar são usuários que desconhecem os seus direitos e conseqüentemente não sabem acessá-los.

O gráfico 15 mostra a realidade em relação ao conhecimento/desconhecimento de direitos. Nesse caso como se pode observar metade dos entrevistados, ou seja, 6 pessoas, falaram que conheciam os direitos destinados ao portador de necessidades especiais, e os outros 6 responderam que desconheciam, mas no decorrer das entrevistas o que se podia constatar é que eles falam que conhecem, sem ter a real noção do que significa ter direitos, o que são direitos, qual sua função. E cabe aos Assistentes Sociais, sempre procurar esclarecer e criar maneiras das informações chegarem de forma clara ao usuário, para que ele entenda e se utilize dessas para fazer valer os seus direitos.



**Gráfico 11** Conhecimento sobre os direitos dos portadores de necessidades especiais  
Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

Já no gráfico 12 foi feito o questionamento a respeito de quais direitos eram conhecidos. De todos os citados, o mais lembrado foi o transporte, 5 pessoas citaram, depois o medicamento, citado por 2 entrevistados, cesta básica por 1, trabalho por 1 e médico por 1, mas ainda é significativo o número de pessoas que não souberam informar sobre nenhum direito garantido ao portador de necessidades especiais. Os resultados apresentados através deste questionamento, reforçam o que já foi dito, que muitos apenas dizem que tem conhecimento sobre os direitos, mas na verdade não tem noção a respeito do que se constituem direitos, já que na hora de citar os mais conhecidos, muitos não o fizeram e outros citaram os direitos, mas vincularam o auxílio recebido a um favor.



**Gráfico 12.** Direitos destinados ao portador de necessidades especiais citados pelos usuários<sup>5</sup> Plantão Social da Prefeitura do Município de São José (2003).  
Dados primários.

<sup>5</sup> Neste item o entrevistado poderia citar quantos direitos soubesse.



Quanto à questão das políticas sociais que venham a garantir que as pessoas com necessidades especiais não sejam discriminadas, ou possam se deslocar de um lugar para outro, sozinhas, pode ser destacado o Art. 227, Inciso 2º da Constituição Federal de 1988 que determina que “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios públicos e de fabricação de veículos de transporte coletivo a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

As barreiras são obstáculos que acabam por dificultar a livre circulação tanto de idosos como de pessoas portadoras de necessidades especiais, seja aquelas que fazem uso de cadeiras de rodas, bengalas, muletas, como as com dificuldades visuais. Outro grande dificultador é a inadequação do transporte, seja rodoviário, marítimo, aéreo às necessidades dessas pessoas, que as tornam sempre dependente da boa vontade dos outros. No acesso a edificações aparecem os degraus, nos bancos as portas giratórias, nas casas de espetáculos a altura das bilheterias e as catracas são alguns complicadores para a circulação das pessoas com necessidades especiais e apesar de em muitos locais atualmente existir rampas que facilitam o acesso, ainda em muitos locais falta estrutura adequada para receber esta parcela da população. Desta forma, trata-se efetivamente de procurar romper essas barreiras, reconduzindo os esforços pelo reconhecimento do direito e pela aplicação efetiva do que já foi conquistado exigindo uma aplicação rigorosa dessa garantia fundamental procurando inclusive reelaborar as leis existentes de modo a garantir as conquistas (CORDARO, 1997). Neste sentido, deve-se buscar a eficácia e reformulação das leis em direção da conquista de inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais.

Em relação ao trabalho para as pessoas portadoras de necessidades especiais, a Lei nº 8.213, no caput de seu art. 89, dispõe:



a habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re) educação e de (re) adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vivem.

Nesta mesma Lei no art. 93 está previsto o sistema de cotas que:

obriga a empresa com 100 (cem) ou mais empregados a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados – 2%; II – de 201 à 500: 3%; III- de 501 a 1000: 4%; IV – de 1001 em diante: 5%.

Historicamente, a necessidade de se elaborar um sistema de cotas surgiu na Europa após a Primeira Guerra Mundial e tinha por objetivo integrar ex-combatentes de guerra no mercado de trabalho. Somente em 1944, a OIT recomendou que este sistema abrangesse também as pessoas portadoras de necessidades especiais que não fossem vitimadas das guerras, sendo destinados a elas um número determinado de vagas a serem preenchidas. No Brasil, a adoção do sistema de cotas só se tornou presente após a Constituição de 1988 e possui uma diferenciação entre os setores público e privado. No caso do público, a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, prevê um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e define os critérios para sua admissão. Este percentual é diferente para cada estado, município e para o Distrito Federal.

Para que o sistema de cotas não tenha caráter de norma discriminatória dentro do princípio de igualdade, ele deve estar fundamentado numa clara definição de quem é a pessoa portadora de necessidades especiais, para que a avaliação profissional possa ser objetiva frente a uma vaga existente, pois a vaga destinada ao portador de necessidades especiais deve estar de acordo com suas especificidades. Caso isso não ocorra, pode se ter a idéia de discriminação frente à pessoa que não possui necessidades especiais, tendo em vista que não há reserva de

vaga que a contemple e as vagas no mercado de trabalho estão disputadíssimas, devido ao número crescente de desempregados na atual conjuntura econômica.

A legislação no Brasil em torno da questão do trabalho do portador de necessidades especiais passou por algumas etapas que vieram a solidificar a realidade presente no mercado de trabalho, tendo em vista que em muitas empresas e órgãos governamentais pode ser visualizada a presença do portador de necessidades especiais no quadro de funcionários.

A evolução da Legislação brasileira, de acordo com Gil (2002) possui a seguinte trajetória, em 1989 foi elaborada a Lei nº 7.853, que definiu os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais; em 1991 foi criada a Lei nº 8.213, que estabeleceu o sistema de cotas para a contratação de portadores de necessidades especiais em empresas com mais de cem funcionários, também dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social; em 1999 foi editado o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853, o qual fixou uma Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no mercado de trabalho e na sociedade; em 2000 foi sancionada a Lei nº 10.098, que estabelece normas e critérios básicos com vistas à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida. Através da análise desta evolução da Legislação pode se ter a noção do desenvolvimento dos novos conceitos em relação a pessoas portadoras de necessidades especiais, que foram ganhando maior visibilidade e atenção com o passar do tempo, mais políticas estão sendo criadas para promover o bem estar dessas pessoas e a sua inclusão na sociedade.

Desde a criação do sistema de cotas está sendo cada vez maior o número de empresas que contratam portadores de necessidades especiais. As empresas também lucram com a contratação, pois ganham visibilidade em sua imagem. Em pesquisa realizada pelo



Instituto Ethos, Jornal Valor e Indicator, se teve a percepção do quanto à contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais traz prestígio as empresas nas pesquisas de Responsabilidade Social. Em 2000, 46% dos entrevistados declararam que a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais está em primeiro lugar entre as atitudes que o estimulariam a consumir mais produtos de determinada empresa. Em 2001, essa atitude também foi a mais destacada com 43% dos consumidores entrevistados (GIL, 2002).

Mas estes não devem se constituir nos únicos motivos para a contratação de portadores de necessidades especiais, pois acaba se distanciando dos objetivos de inclusão preconizados nas leis, na medida em que está sendo relevante não a produtividade do trabalhador especial, mas o impacto positivo e lucrativo que ele causa a empresa perante a sociedade. Desta forma, a pessoa portadora de necessidades especiais em seu ambiente de trabalho deve ser vista com naturalidade, pois as deficiências sejam elas físicas, mentais ou visuais, constituem uma parte natural da experiência humana, as deficiências não diminuem sob nenhuma característica o direito que todas as pessoas têm de ser independentes, gozarem de autodeterminação, de decidir as suas próprias escolhas, de almejar e ir em busca de carreiras significativas, e de experimentar sua inclusão na vida econômica, política, social, cultural e educacional do país (HARKIN, 1994 apud Figueiredo, 1997). Assim, fica evidente a necessidade da contribuição de todos perante a garantia da plena eficácia das leis trabalhistas e sociais destinadas ao portador de necessidades especiais para se caminhar em sentido à cidadania.



### 3.2 O Portador de necessidades especiais e a Política Educacional

No âmbito das políticas setoriais, a de educação deveria exercer um papel fundamental na vida dessas pessoas, pois é através da educação que muitas limitações vão sendo gradativamente superadas. No entanto o que se constata é que o ensino da rede regular restringe o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais, por falta muitas vezes de profissionais qualificados que não sabem como trabalhar com esse aluno, encaminhando-os para a escola especial, que pelo número reduzido de vagas não consegue atender a demanda. A escola especial se constitui em um ambiente de segregação, de exclusão, tendo em vista que inviabiliza a inclusão escolar. A Constituição Brasileira de 1988 já previa o acesso do portador de necessidades especiais no ensino regular, pois, em seu Capítulo III, inciso III ela garante: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (...)”. Ainda em relação à legislação Mazzotta (1996, p. 80 e 81), registra que a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece:

normas gerais para o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Em seu Artigo 2º estabelece que ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência, o pleno exercício de seus direitos básicos. No Inciso I desse mesmo artigo define as medidas a serem tomadas pelos órgãos da administração direta e indireta na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional da Educação Especial como modalidade que abranja a educação precoce, pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita da Educação Especial em Estabelecimentos públicos de ensino;

- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1(um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

A legislação prevê a oferta de vagas no sistema educacional, mas como acontece em várias políticas sociais, a demanda é superior ao número de vagas existentes nos serviços oferecidos pelo Estado. O que não pode ocorrer é a exclusão do aluno especial dos meios de educação, como demonstrado no gráfico 9, 45% das pessoas entrevistadas não freqüentaram escola especial e também a escola de ensino regular. No entendimento de Soares, é muito importante a presença da escola regular na vida das crianças portadoras de necessidades especiais, pois:

Para que a educação possa ser um instrumento efetivo de combate à exclusão, a prefeitura deve adotar o princípio da educação inclusiva. Chama-se de educação inclusiva aquela que visa atender, desde o início do ensino regular, aos alunos que se encontravam excluídos das escolas “normais” em função das diferenças apresentadas. É interessante que, de acordo com as condições das crianças portadoras de deficiências, estas possam freqüentar uma classe com crianças que não apresentem deficiências e, em outro período do dia, possam freqüentar serviços especializados. Desta forma, o convívio entre ambas dar-se-á desde a infância, o que constitui um mecanismo eficiente de superação do preconceito. O convívio iniciado na infância é mantido ao longo do segundo e terceiro graus. Para esse convívio, é muito importante o preparo e a capacitação da comunidade escolar para que não haja segregação.

Assim, o sistema educacional deve procurar qualificar os profissionais que trabalham com educação para entender como lidar com a diversidade, visualizando os alunos especiais não como um empecilho, mas um aluno como outro qualquer que exige alguns



cuidados especiais para superar as barreiras impostas pela sua condição, e conquistar o seu desenvolvimento intelectual com o conhecimento adquirido através das instituições de ensino.

A Lei nº 9.394/96, em seu Art. 59, assegura no inciso I - “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades”; e no inciso III - “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Ao contrário do que está previsto na Lei, o sistema educacional ainda não está preparado para receber esta nova demanda que se apresenta. Há falta de investimento na qualificação dos profissionais, na adequação das edificações, na aquisição de material, enfim, muitos são os impasses que acabam retrocedendo a melhoria das condições educacionais destinadas ao portador de necessidades especiais.

### 3.3 A Assistência Social na Constituição Brasileira de 1988

A Assistência Social surge como política pública com vistas à proteção social, a partir do advento da Constituição Brasileira de 1988, que trata da Seguridade Social, em seu Art. 194 destacando que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A partir deste marco histórico essa política pública vem tentando se firmar, demonstrando seu caráter emancipatório, diferente dos traços do passado relacionado às



práticas da Igreja Católica, com laços de caridade, favor, muito distante da concepção de direito admitida atualmente. Também procura concretizar a ruptura com o clientelismo, o paternalismo que se constitui parte da afirmação da Assistência Social como política pública que visa muito mais o interesse da população usuária em decorrência de interesses políticos. A marca do clientelismo muito fez para retroceder os avanços conquistados a partir de 1988, pois sua presença na Assistência Social, pode ser visualizada como decisiva, pois imprimi a essa política uma cultura que fragiliza a idéia do direito e acaba por fortalecer a da dádiva e do favor, legitimando essa política pública como ação emergencial e restrita aos essencialmente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte (OLIVEIRA, 2004).

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, há um novo avanço na política pública de Assistência Social, com a instituição da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), aprovada em 1993, a qual dispõe sobre esta política e vem garantir os seus objetivos, finalidades, princípios, organização, diretrizes e financiamento.

A operacionalização da Assistência Social encontra algumas dificuldades devido ao descumprimento em relação ao financiamento, de suas diretrizes e dos direitos assistenciais, que se desvinculam do que prevê a LOAS. A dificuldade do financiamento é decorrente da falta de um orçamento próprio destinado a esta política pública e, de acordo com Ferreira (1999, p. 73), faz-se urgente

- garantir um percentual do orçamento da seguridade para a assistência;
- definir critérios objetivos, precisos e transparentes para partilha de recursos entre estados, municípios e distrito federal;
- estabelecer uma dinâmica automática, constante e regular de transferência de recursos;
- reforçar os fundos como instâncias transparentes de gestão;
- garantir a visibilidade dos critérios de aplicação e transferência de recursos e
- estabelecer uma relação contínua e democrática entre fundos, conselhos e órgão gestor de assistência social.

Os recursos da política de Assistência Social são oriundos das fontes que constituem o Fundo Nacional de Assistência Social: dotações orçamentárias da União; doações e contribuições em dinheiro; bens móveis ou imóveis; receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo; receitas provenientes da alienação de bens imóveis da União, no âmbito da Assistência Social; transferências de outros fundos e contribuições sociais ligadas à Seguridade Social. Os recursos advindos das contribuições sociais são insuficientes para financiar um sistema digno de proteção social nos países com sistemas universais de proteção social.

Dentre as iniciativas de reforma pactuadas com o FMI, há uma série de Projetos de Lei e emendas à Constituição que visam à desvinculação total entre as receitas e as despesas governamentais, com o objetivo de abalar definitivamente a idéia de um orçamento da Seguridade Social, pois a organização especial das Fontes, baseada nas contribuições seriam modificadas, transferindo para o Tesouro todas as receitas da União sem distinção entre contribuições e impostos, intensificando assim as restrições.

Inúmeros equívocos se acumulam no transcurso da implantação desta política, os quais vão desde o desastroso processo de municipalização até os cortes recorrentes nos orçamentos sociais, que refletem diretamente na redução dos serviços, dos programas e dos benefícios voltados à população pauperizada, alvo prioritário da área assistencial. As ações financiadas pelo Governo Federal não representam 1% do orçamento da Seguridade Social, enquanto o compromisso do fundo público deveria ser em no mínimo 5% do orçamento, conforme decisões das duas Conferências Nacionais, realizadas pelo Movimento Social, erguido em defesa da LOAS.



Diante desse quadro, percebe-se um esforço para comprometer Estados e Municípios com o financiamento da Assistência Social, por meio do co-financiamento, que teve discussão suscitada pelo Governo Federal, com impacto positivo na participação dos mesmos, não apenas pelo aumento progressivo de alocação de recursos, mas também, pelo desafio aos gestores públicos e organizações da sociedade civil em encontrar saídas criativas para a continuidade da política de Assistência Social apesar das dificuldades de Estados e Municípios em alocar recursos próprios para esta política pública, tendo em vista que seus orçamentos também vem sendo atingidos pela política econômica Federal de diversas formas.

No que tange os direitos sócio-assistenciais, Ferreira (1999, p. 73) destaca ser responsabilidade do Estado:

- a garantia da primazia do Estado no financiamento e execução da política assistencial;
- respeito aos critérios de necessidades locais para formulação de benefícios, programas, projetos e serviços;
- a ampliação da capacidade de atendimento da demanda;
- a regulamentação dos benefícios eventuais e dos benefícios de prestação continuada;
- planejamento da política de assistência de modo articulado às demais políticas sociais e
- a consideração ao processo de elaboração dos planos municipais e estaduais como um momento de participação cidadã e como estratégia de resposta coletiva às necessidades sociais.

Em relação à organização e gestão da Política de Assistência Social a autora observa ser relevante:

- garantir o comando único em cada esfera de governo;
- estabelecer uma relação de efetiva co-responsabilidade com organizações não-governamentais, e não de transferência de responsabilidade;
- reforçar a democracia participativa, ou seja reforçar a autonomia dos conselhos, garantindo-os como espaço de acompanhamento, controle e reivindicação;
- acompanhar o trabalho das comissões bipartites e tripartites para que não se transformem em espaços de esvaziamento dos conselhos;

fomentar a participação dos usuários nos conselhos e fortalecer os fóruns de defesa da assistência social como espaços concretos de socialização de informações e articulação da sociedade civil.

Todos esses apontamentos fazem parte de um processo que deve concretizar os direitos que a política de Assistência Social preconiza, para que se possa chegar efetivamente ao seu caráter emancipador, baseado na construção de mecanismos viabilizadores que venham a reforçar o dever do Estado na implementação e funcionamento desta política, ampliando os programas, benefícios e serviços sócio-assistenciais, procurando abranger a todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com a proposição da conquista da universalização dos direitos sociais.

Com a LOAS, um novo pensamento no que se refere à gestão estatal se inicia, especialmente no âmbito municipal. Foi deflagrada uma busca pela inovação e ampliação dos espaços de gestão político-administrativa, com mecanismos de comunicação dentro das esferas de governo, entre as instituições e entre governantes e cidadãos. As experiências dos municípios questionam a centralização do poder, visando compartilhar as decisões e as escolhas políticas com as organizações que representam a sociedade.

Constitui-se diretrizes do processo de descentralização da Assistência Social, segundo o Art. 5º da LOAS:

- a descentralização político-administrativa para estados, municípios e Distrito Federal, e a existência de comando único em cada esfera de governo.
- a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, através das organizações representativas;
- a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.

O processo de descentralização deve ser concebido como redistribuição de competência, recursos e atribuições, entre as esferas de governo e não simplesmente repasse



de responsabilidades, deve se constituir de uma ação compartilhada na provisão de bens e serviços que atendam as necessidades básicas da população. Para o enfrentamento dos desafios atuais e a construção de um sistema municipal de Assistência Social faz-se necessárias algumas condições viabilizadoras:

- a criação de um espaço específico no governo municipal;
- a contribuição de redes de comunicação e fluxos que conectem os diversos atores sociais;
- a identificação e explicitação de competências específicas nos âmbitos estadual e municipal;
- a compatibilização entre metas parciais, recursos disponíveis e prazos;
- a definição de padrões de atendimento desejáveis e viáveis em cada uma das modalidades de atenção da política de Assistência Social;
- criação e efetivo funcionamento de Fundo de Assistência Social;
- vinculação das receitas do Fundo ao Plano Municipal de Assistência Social;
- garantia por parte do executivo municipal de suporte Institucional e respeito a autonomia do Conselho Municipal de Assistência Social.<sup>6</sup>

A política pública de Assistência Social visa proteger a população que está fora do mercado de trabalho, excluída do sistema de proteção previdenciária, as pessoas que estão à margem da sociedade. Prevê atendimento preferencial ao idoso, ao portador de necessidades especiais, a infância, a adolescência, através de seus programas e projetos de enfrentamento a pobreza.

Destinado ao portador de necessidades especiais o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da Assistência Social que causa impacto na vida das famílias, sendo consolidado na LOAS em seu Art. 2º, inciso V, o qual prevê a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Esse benefício, para algumas famílias, representa a única fonte de renda. Visa prover

---

<sup>6</sup> Fonte: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

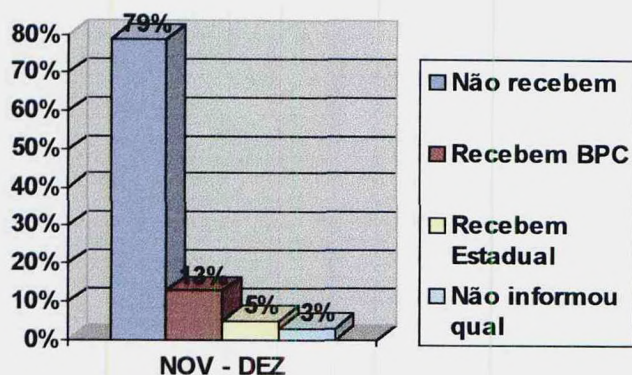
uma renda mínima, sem a necessidade de contribuição prévia. No entanto, tornou-se bastante seletivo e focalizado, na medida em que impõe critérios de atendimento, como renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo. No pensamento de Gomes (1999, p. 64), o BPC,

... dado o seu grau de seletividade, torna-se pois, um direito arbitrário, restrito, dependente especialmente de verificação de cumprimento dos critérios para acesso, de um atestado de necessidade que marca o beneficiário pelo estigma de necessitado. Desta forma conclui a autora que: (...) a lógica dominante é a da redução do direito e restrição do acesso; a norma menor desconsidera aquela maior, distanciando-se do estatuto promulgado na medida em que se aproxima de sua materialização, criando um enorme hiato entre o discurso e sua concretização.

Além do critério excludente da renda, a pessoa que se candidata ao benefício, deve passar por outra prova, o chamado acróstico social, que é uma tabela com indicadores, que posteriormente é analisada por uma equipe de Médicos, Assistentes Sociais, Psicólogos, que dependendo da pontuação atingida dará o direito ou não ao recebimento do benefício. Se por um lado esta medida representa um avanço no sentido que a necessidade especial será analisada por uma equipe multidisciplinar, que contará com a opinião de vários profissionais e não somente de um médico pericial; por outro lado este mecanismo de avaliação contém aspectos discutíveis, que acabam por excluir muitas pessoas com necessidades especiais do processo, além de passarem pela avaliação periodicamente e qualquer avanço positivo no quadro pode significar o desligamento da pessoa do benefício.

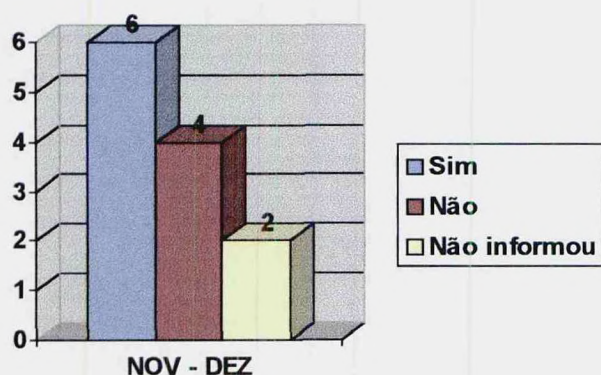
Como pode ser observado no gráfico 13, somente 13% dos portadores de necessidades especiais recebem o BPC, a grande maioria 79% não recebe o benefício. Estes números mostram o quanto o BPC apresenta um caráter seletivo e exclui muitos dos usuários que necessitam deste auxílio.





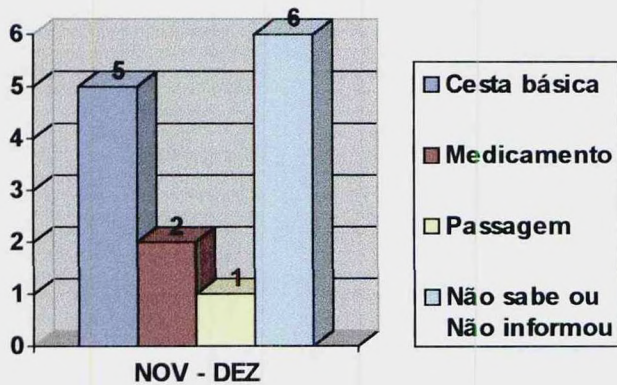
**Gráfico 13** Recebimento de benefício  
Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

No gráfico 14, tem-se que a maioria dos entrevistados, portanto 6, disseram ter conhecimento sobre os direitos garantidos pela política pública de Assistência Social. no entanto o que se pode constatar na prática é que as pessoas não tem noção do que é esta política e não associam o recebimento do auxílio a uma política, mas sim a figura institucional.



**Gráfico 14.** Conhecimento sobre os benefícios e serviços da assistência social no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

Quando se indaga os usuários sobre os auxílios que eles mais conhecem que são oferecidos pela Assistência Social, são poucos os lembrados, pois como dito acima, os usuários ainda não se deram conta de que existe uma política pública por trás dos benefícios que eles recebem. Os mais lembrados são os seguintes: cesta básica, medicamento e passagem.

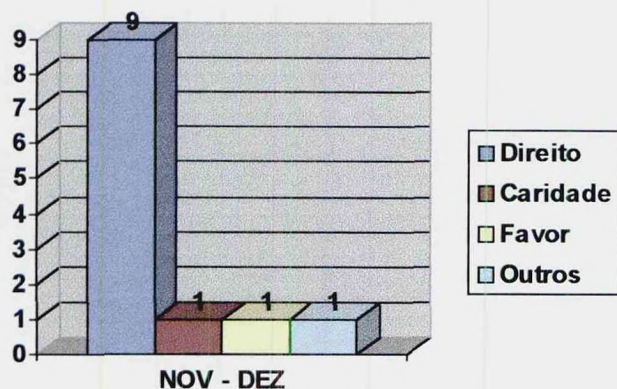


**Gráfico 15.** Auxílios lembrados pelos usuários pesquisados no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).

Dados primários.

Apesar da maioria relacionar o auxílio que recebem com um direito, (Gráfico 16) observa-se que não há uma clara noção sobre o que seja direito social. E este fato deve levar o Serviço Social a pensar em novos mecanismos que venham a garantir que a população usuária dos programas sócio-assistenciais sejam informadas e conscientizadas de maneira a que passem exigir e lutar pelo que lhes é de direito.





**Gráfico 16.** Caracterização dos usuários quanto ao auxílio recebido no Plantão Social da Prefeitura Municipal de São José (2003).  
Dados primários.

A Política Pública de Assistência Social ainda é visualizada pelo seu aspecto emergencial, entretanto as etapas que a ela seguem, as quais pretendem alcançar a sua superação, na verdade pouco se avançam nesta direção, desvinculando a Assistência Social demandada individualmente, da possibilidade de trabalhar a formação de uma consciência coletiva, as alternativas de promoção e transformação, pois pouco contribuíram para a conquista da cidadania da população (OLIVEIRA, 1996). Nesta perspectiva os profissionais de Serviço Social que atuam diretamente com a demanda cliente da Política de Assistência Social, deve discutir com o usuário a respeito dos direitos sociais, descaracterizando assim, o caráter da dádiva ou doação, para se concretizar a lógica dos direitos, contribuindo com o fortalecimento das lutas das classes dominadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O país está passando por um momento histórico caracterizado por diversas mudanças e crises, quanto à política econômica e as relações políticas e a estrutura social. Por outro lado sobressai também, por espaços de novas conquistas, o que pode ser constatado na área da necessidade especial, tendo em vista que há uma maior abertura buscando a disseminação de novos e importantes mecanismos de inclusão social e de combate à exclusão sócio-cultural dessas pessoas. Basta observar nas ruas, o aumento de pessoas com necessidades especiais, nos esportes, conquistando medalhas nas paraolimpíadas e demonstrando o quanto são capazes, no mercado de trabalho, com uma admissão maior de trabalhadores especiais, enfim, estes cidadãos estão gradativamente conquistando seus espaços e ocupando seus papéis como atores sociais na esfera pública.

Com a análise destes exemplos se pode constatar que há definitivamente um processo em curso, o da inclusão, pois, de um lado, a sociedade começa a perceber a existência de pessoas portadoras de necessidades especiais e a se organizar, para acolhê-las e, de outro, as próprias pessoas portadoras de necessidades especiais começam a reivindicar seus espaços, a exercer seu papel de cidadãs. Mas, tendo em vista que todo processo acontece de forma gradual, afinal, são séculos de exclusão, preconceito e desrespeito a estas pessoas, muitas barreiras ainda se têm para ultrapassar diante dos conceitos historicamente vinculados à questão da pessoa portadora de necessidades especiais. Pois, os direitos garantidos nas leis e decretos não tem valor diante da falta de viabilização de canais de inserção.



De acordo com a análise aqui referida, a base da criação de novos consensos deve ser a escola, pois ela é capaz de influenciar o momento inicial da construção de toda uma trajetória de vida, é ela que ensina as básicas lições de socialização primária, junto com a família. A inclusão de portadores de necessidades especiais nestes espaços fica mais facilitada, na medida em que trabalhar a questão do preconceito, dos estereótipos e da exclusão é efetivamente mais fecundo, sinalizando para as características da diversidade. A questão dos direitos deve estar pautada em condições de igualdade, a partir de princípios que privilegiem o acesso das condições de cidadania.

No que se refere ao Assistente Social, atuando na esfera dos direitos sociais, este possui relevante importância, pois é o responsável pela informação e sensibilização do usuário. Por isso, se faz necessária a elaboração de novos métodos de se repassar estas informações, que venham a atingir proporções maiores da população.

Uma estratégia que deveria ser utilizada é a elaboração de uma cartilha que organizasse todos os direitos destinados ao portador de necessidades especiais, com ortografia acessível a todos; palestras em escolas para a conscientização dos cidadãos desde o início de sua socialização, o que facilita também com a questão da acolhida e inter-relação com os colegas portadores de necessidades especiais. Faz-se necessário, também, um levantamento de dados para verificar como as crianças não portadoras de necessidades especiais estão recebendo e se relacionando com o aluno portador de necessidades especiais, bem como averiguar como os profissionais estão trabalhando com esta demanda que cresce a cada dia. Através deste levantamento poderia se analisar novos métodos de atuação tanto dos profissionais do Serviço Social na escola, como dos profissionais da Educação, apontando para mecanismos que propiciasse um melhor entendimento entre alunos especiais e

professores. Com o ensinamento de respeito a diversidade e a inclusão na escola, as crianças, que se constituem em grandes agentes de informação, poderiam estar repassando um conhecimento singular em favor da desmistificação dos conceitos excludentes presentes na sociedade.

No âmbito federal como bem se refere Silva (1997, p. 175): “O problema que enfrenta o portador de deficiência, não é a ausência de leis. Sob o ponto de vista da validade temos leis que seriam perfeitamente aplicáveis aos casos concretos. O grande problema é o da eficácia das normas existentes”. Assim sendo, a efetivação dos direitos sociais, torna-se ainda mais problemática, pois a dificuldade de mobilização organizada da ação política acaba por não conseguir romper com a inércia e omissão da sociedade diante do descumprimento das leis, restringidas em meros registros de direitos que não podem ser acessados por falta de aparato político.

Deste modo, entende-se que há uma relação entre direitos e política, pois como refere Bobbio (1991, apud Silva, 1997, p. 176) “estas constituíam duas faces de uma mesma moeda, visto que uma decisão política se consubstancia numa norma jurídica”. E cabe a sociedade civil participar desse processo, de forma ativa e consciente, pois certamente, as ações políticas jamais ocorrerão por vontade exclusiva do Estado, pois é necessária a pressão para que os governos concretizem os direitos já garantidos pela Constituição Federal, que também garante o direito de participação da sociedade civil. As organizações em defesa dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais cresceram e se consolidaram foi fundamental a participação dessas, ao longo da história, muitos dos direitos sociais e civis conquistados são devido a ações advindas da luta e mobilização política pela organização da sociedade civil. Da mesma forma que nas lutas anteriores, a sociedade civil organizada deve



lutar pelo aperfeiçoamento e aprovação de um estatuto próprio ao portador de necessidades especiais, para que estes cidadãos tenham maior visibilidade, mais direitos sociais a seu favor, elaboração de políticas públicas destinadas a essa demanda e, também para que tenham a garantia da concretização de muitos direitos presentes somente nas leis, mas muito longe da sua efetivação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Col. Brasiliense.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social. 2. ed. Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf](http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf) acesso em 28/05/2004.

BUARQUE, C. **A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORDARO, C. A. A. Adequação das edificações à pessoa portadora de deficiência no município de São Paulo. In: FIGUEIREDO, G. J. P. de. (coord.) **Direitos da pessoa portadora de deficiência**, ano 1 nº 1. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.



FERREIRA, Ivanete Boschetti. Assistência Social: os limites à efetivação do direito. In: **Revista Katálýsis**, nº 4. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. A pessoa portadora de deficiência e o princípio da igualdade de oportunidades no Direito do Trabalho. In: FIGUEIREDO, G. J. P. de (coord.) **Direitos da pessoa portadora de deficiência**, ano 1 nº 1. São Paulo: Max Limonad, 1997.

GIL, M. (coord). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GOMES, A. L. Assistência Social e Benefício de Prestação Continuada (em tempos de revisão) – um direito garantido? In: **Revista Katálýsis**, nº 4. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

MARTINS, V. de B.; PAIVA, B. A. A implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 73, São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil: implicações para políticas públicas. **Seminário especial fome e pobreza**. Rio de Janeiro: setembro, 1993. Disponível em [www.forumnacional.org.br](http://www.forumnacional.org.br) acesso em 22/05/2004.

NOGUEIRA, V. M. R.; SCHWARTZ, E. O “ser igual” ou “não igual” na sociedade contemporânea – facetas da exclusão social. In: **Revista Katálýsis**, nº 4. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **A Assistência Social**: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. 2ª edição revisada – Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cultura Política e Assistência Social**: uma análise das orientações dos gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos** – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

SANTOS, J. H. **Plano de Estágio**. Florianópolis, 2002. (Trabalho apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.) digit.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 4. Brasília, CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UNB., 2000 P. 111-124.

SILVA, W. L. R. da. Seguridade Social e a pessoa portadora de deficiência. In: **Direitos da pessoa portadora de deficiência**, ano 1 nº 1. São Paulo: Max Limonad, 1997.

SOARES, A. P. M. **Educação para portadores de deficiência**. Disponível em [www.polis.org.br/publicacoes/dicas/221637.html#topo](http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/221637.html#topo) acesso em 23/05/2004.

SOUZA, V. L. de, AGUIAR, V. M. G. de. **Projeto de Atuação da Assistência Social**. São José, 1997. (Projeto de atuação profissional do Plantão Social da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São José).

\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Aquisição de Óculos**. São José, 1997. (Programa do Plantão Social da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São José).

\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Alimento**. Prefeitura Municipal de São José – Secretaria de Desenvolvimento Social. São José, Abril de 1997.

\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Medicamento**. Prefeitura Municipal de São José – Secretaria de Desenvolvimento Social. São José, Abril de 1997.

\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Funeral**. Prefeitura Municipal de São José – Secretaria de Desenvolvimento Social. São José, Abril de 1997.



\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Passe.** Prefeitura Municipal de São José – Secretaria de Desenvolvimento Social. São José, Abril de 1997.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução na consciência da cidadania. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 55, novembro de 1997.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.